
Fátima Oliveira

Os Subúrbios e as Avenidas do Rio em tempos de *Belle Époque*: tradição e modernidade pelo olhar de Lima Barreto



**Os Subúrbios e as Avenidas do Rio
em Tempos de *Belle Époque*:**
Tradição e Modernidade pelo Olhar de
Lima Barreto



Fátima Oliveira

**Os Subúrbios e as Avenidas do Rio
em Tempos de *Belle Époque*:**
Tradição e Modernidade pelo Olhar de
Lima Barreto



Copyright © Fátima Oliveira

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos da autora.

Fátima Oliveira

**Os Subúrbios e as Avenidas do Rio em Tempos de *Belle Époque*:
Tradição e Modernidade pelo Olhar de Lima Barreto. Coleção Labelle.**
Vol. 13. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 95p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2388-9 [Impresso]
978-65-265-2333-9 [Digital]

1. Lima Barreto. 2. Primeira República. 3. Reforma Urbana. 4. Tradições populares. I. Título.

CDD – 800

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Revisão: Ana Maria Bernardes de Andrade

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patricia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

Apresentação

Em maio de 2025, o LABELLE – Laboratório de Estudos de Literatura e Cultura da *Belle Époque* completou seus primeiros dez anos. Como desconfiamos, num país desigual e que pouco valoriza a pesquisa em ciências humanas, isso não é pouca coisa. Foi uma década pautada por muito trabalho, em sintonia com a intensa atividade dos professores, investigadores e alunos que integram o grupo.

A nosso ver, não haveria forma mais eloquente de celebrar essa efeméride que convidando os membros do LABELLE a publicizarem ensaios relevantes de sua autoria. Foi justamente com esse propósito que a coleção *Ensaio* foi concebida, planejada e conduzida, em parceria com a Pedro & João Editores.

Como o leitor perceberá, os títulos abordam temas situados temporal e espacialmente, com vistas a aprimorar, quando não problematizar, certas perspectivas relacionadas aos estudos em torno do que se convencionou chamar de “Pré-Modernismo” e/ou *Belle Époque* – quer dizer, o período aproximado entre as décadas de 1870 e 1920, no Brasil.

Colaboradores de diversas instituições analisam exaustivamente a atuação cultural e a produção literária de escritoras e escritores. A pluralidade dos temas e dos métodos de abordagem é emblemática: dialoga com a diversidade que sempre caracterizou o Laboratório de Estudos de Literatura e Cultura da *Belle Époque*. Essa variedade certamente responde pelo êxito dos eventos promovidos e realizados por este grupo de estudos, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Todos os títulos da coleção serão disponibilizados simultaneamente no portal do LABELLE e no site da Pedro & João, casa editorial que prontamente acolheu o projeto. Somos muito gratos a Pedro Amaro e João Rodrigo, pelo intenso

diálogo e troca de ideias que permitiram aquilar o impacto visual dos *ebooks*. Agradecemos igualmente aos colegas que nos confiaram seus trabalhos.

Creamos que esses livros desempenham diversos papéis, sobremodo dois: (1) o de mostrarem que, afora alimentar o prazer da leitura, a arte literária pode estimular a reflexão sobre as instituições, ou seja, o que está aí e precisa ser constantemente repensado; (2) o fato de que os coletivos geram maior energia e impacto que a pesquisa de seres isolados devido às contingências que induzem a competição entre pares e a concorrência entre colegas de trabalho, embora os interesses sejam os mesmos...

Esperamos que os títulos da coleção *Ensaio* sejam um modo eficaz e eficiente de engajar seus leitores, trazendo-os para a arena do combate cultural e político. Como se vê, as tarefas não são modestas; nem as ambições, pequenas. Por sinal, elas reforçam o empenho do LABELLE em promover os estudos de caráter interdisciplinar em torno dos objetos literários, derivando daí o propósito de estimular o diálogo entre a literatura e as outras artes – situadas em tempos e lugares que carregam traços identificáveis das tensões brasileiras, ainda hoje.

*Carmem Negreiros &
Jean Pierre Chauvin*

Sumário

Introdução.....	9
As Cidades e suas Narrativas: Diferenças, Complexidades e Estranhezas	13
O Escritor-Andarilho em Tempos de <i>Belle Époque</i> Carioca ...	25
Melhoramentos da Cidade pelo Olhar de um Jovem Observador Munido de seu Diário	33
Mafuás, Feiras Livres, Anais de Pedra, Candomblés e Cortejos Fúnebres da Cidade que se Civiliza.....	59
Considerações Finais	91
Sobre a autora.....	95

Introdução

O Laboratório de Estudos de Literatura e Cultura da *Belle Époque* – LABELLE – comemora, neste ano de 2025, dez anos de intensas atividades. Tendo sido idealizado pela professora doutora Carmem Negreiros, está sediado no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e conta com a participação de professores e pesquisadores de diferentes instituições. As investigações sobre escritores/as e temas relativos ao período conhecido como *Belle Époque*, sob enfoques teóricos-metodológicos atualizados, traz perspectivas renovadas para a abordagem de práticas artísticas, literárias e culturais, que surgiram entre os anos de 1890-1920. Desde a sua criação em 2015, o grupo tem se empenhado na realização de workshops, palestras, fóruns de estudantes, jornadas e encontros, mobilizando pesquisadores que trazem importantes contribuições para a crítica do período. O primeiro resultado desses encontros está no livro *Belle Époque: crítica, arte e cultura*, publicado em 2016, ao qual se seguiram mais cinco volumes: *Belle Époque, efeitos e significações*, ebook de 2017; *Belle Époque: a cidade e as experiências da modernidade*, 2019; *Belle Époque em perspectiva*, 2020; *Travessias: tensões da Belle Époque, raízes do contemporâneo*, 2022; *Belle Époque e o sertão: a linguagem em busca do Brasil*, 2024.

A Coleção Ensaio LABELLE 10 anos dá continuidade ao projeto de expansão de investigações desses “belos tempos” de melhoramentos estruturais urbanos e inovações tecnológicas no sistema de transportes e de comunicação, que passaram a fazer parte do cotidiano das cidades, promovendo profundas mudanças em padrões comportamentais advindos da consagração de novos valores éticos e culturais, de sensibilidades e percepções do ser humano cosmopolita. No Brasil, o Rio de Janeiro, após as reformas e melhoramentos

promovidos pelos primeiros governos republicanos, foi consagrado, na virada do século XIX para o XX, como a urbe condensadora do progresso, projetada e reconstruída com ordem. O Rio, no entanto, como qualquer grande cidade que carrega alguns séculos de histórias, é um laboratório para renovadas experiências cognitivas e emocionais, tendo sido palco de controvérsias interpretativas por parte de políticos, jornalistas, escritores, sociólogos, antropólogos, visitantes estrangeiros, bem como dos cidadãos comuns que habitam a cidade e com ela convivem no dia a dia. Entre esses atores, destaco para a escrita deste ensaio Afonso Henriques de Lima Barreto, morador da cidade, jornalista e escritor, de um saber questionador e militante, cuja obra contribuiu -- e continua contribuindo -- para uma interpretação bastante original e diferenciada do período da *belle époque* carioca.

Da vasta obra de Lima Barreto, produzida nas duas primeiras décadas do século passado, destaquei para este ensaio trechos de seu *Diário íntimo*, de sua correspondência e de suas crônicas para abordar seu olhar crítico e satírico, sua ironia demolidora e seu humor ácido diante das propostas de modernização da cidade do Rio de Janeiro por ocasião da grande reforma urbana dos governos da Primeira República. No entanto, nem só de críticas contundentes se alimentam os textos do autor, há episódios em que a empatia e a solidariedade sobressaem diante das mazelas e sofrimentos daqueles que foram excluídos dos benefícios e melhoramentos proporcionados pela modernização da cidade.

As crônicas de Lima constituem um acervo imprescindível de memória sobre diferentes aspectos de usos e costumes da cidade subordinada, no prelúdio republicano, às astúcias da

ordem e às ilusões do progresso.¹ Usos e costumes iam sendo soterrados pelos escombros das demolições do velho casario colonial e pelos decretos da Prefeitura que determinavam e policiavam novos modos de viver na cidade. O olhar sagaz de Lima vai além dos encantadores cenários esculpidos nos mármores e adornos *art nouveau* das avenidas, atravessa as cortinas de seda que adornam lojas, vitrines, clubes, teatros e janelas das residências burguesas e desvela astúcias e ilusões da elite dos belos tempos. Andarilho incansável, Lima percorre o desenho urbano moderno da capital federal sem se deixar entorpecer pela arquitetura grandiosa das avenidas e seus adereços importados, dispostos segundo o gosto da elite de olhos voltados para a civilização europeia, adotada como modelo a ser imitado. De experiências tensas e até infelizes provocadas pelas garras de ferro do poder republicano, Lima aprimora seu senso de empatia com os deserdados da cidade e procura falar, em seus textos, por toda uma coletividade excluída, em sua maioria negros como ele, apartada das promessas de progresso e civilização.

Agradeço e dedico este livro aos colegas do LABELLE, com quem tenho feito, a cada encontro e a cada leitura de seus artigos, enriquecedores aprendizados. Devo um agradecimento especial a professora Carmem Negreiros, coordenadora do LABELLE, pela competência com que conduz o grupo de pesquisa, mantendo-o unido e produtivo, por meio do entusiasmo pela pesquisa e do afeto que dedica a cada um de nós.

Este ensaio, de acordo com o objetivo da Coleção comemorativa dos dez anos de atuação do LABELLE, é direcionado ao público especializado das áreas de Letras e Estudos Culturais, bem como a todo e qualquer leitor

¹ SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *História da vida privada no Brasil: República – da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

interessado em conhecer mais e melhor essa época de tantas mudanças e criações surpreendentes, cujos desdobramentos e aperfeiçoamentos nos afetam até os dias atuais.

A todos vocês, uma boa leitura.

As Cidades e suas Narrativas: Diferenças, Complexidades e Estranhezas

A cidade tem sido um locus de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio homem. Mas também foi nela que essas imagens se estilhaçaram, no contexto de agrupamentos de pessoas diferentes – fator de intensificação da complexidade social – e que se apresentam umas às outras como estranhas. Todos esses aspectos da experiência urbana – diferença, complexidade, estranheza – sustentam a resistência à dominação.

(Richard Sennett, *Carne e pedra*)

No livro *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*, o sociólogo e historiador norte-americano Richard Sennett desenvolve “uma história da cidade contada por meio da experiência corporal do povo [...] desde a Atenas antiga à Nova York atual”.² O objetivo do livro de Sennett, como ele próprio estabelece na introdução, é estudar “algumas cidades em momentos específicos, marcados pela eclosão de guerras ou revoluções, a inauguração de um monumento, o anúncio de uma descoberta médica ou a publicação de uma obra, que tenham assinalado significativamente as relações entre as experiências corporais e os espaços em que as pessoas viviam”.³ A leitura de *Carne e pedra* dá-nos a dimensão de quanto as pujantes narrativas visuais simbolizavam a força e o poder de uma cidade na Antiguidade grega e romana. Construções intimidatórias e impressionantes de prédios públicos, estátuas

² SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008, p. 13.

³ Idem, *ibidem*, p. 100.

de personagens históricos, de deuses ou deusas legitimavam o poder dos governantes em detrimento de outros tipos de realizações. São esses monumentos sólidos e magníficos, produtos da técnica e do cálculo perfeito da engenharia, que trazem segurança para os súditos e poder inabalável para os governantes. A construção do Panteão, no governo de Adriano, de 117 a 138 d.C., assinalava seu desejo de enfatizar a continuidade entre passado e presente, minimizando a ideia de mudança, promotora de insegurança, entre os súditos: “romanos mais idosos traziam na memória lembranças dolorosas de como os imperadores podiam violar a cidade com novas edificações”.⁴ Procedendo desse modo, o imperador Adriano respeitava seus antecessores e seus contemporâneos, que não se viam apartados de seus lugares de memória nem privados sensorialmente da cidade. Assim, para o autor:

O Panteão destaca a continuidade de várias formas. À entrada, Adriano colocou estátuas do primeiro imperador e de Agripa, arquiteto da República. [...] Durante seu reinado, Adriano buscou a via de menor resistência; como construtor, tentou não destruir o trabalho de outros; construía em terrenos vazios sempre que possível.⁵

Das cidades gregas e romanas, Sennett passa a abordar o crescimento dos centros urbanos medievais, com destaque para a cidade de Paris. O fato que marca o renascimento de Paris é a finalização, em 1250, da edificação da Catedral de Notre-Dame, que passa a testemunhar o poder do cristianismo sobre esse novo centro cultural.

Embora o rei da França e o bispo de Paris tenham brilhado no evento, representando o Estado e a Igreja, a população celebrou

⁴ Idem, *ibidem*, p. 99.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 100.

muito mais o triunfo do trabalho manual, festejando os entalhadores, vidraceiros, tecelões e marceneiros que haviam participado da obra, bem como os banqueiros que a financiaram. Uma terceira força de influência – a economia – fez sua estreia no palco da civilização.⁶

A construção da Notre-Dame colocou em cena a classe burguesa parisiense envolvida no comércio e nos negócios, nas atividades de compra e venda que permitiam lucrar na cidade. As oportunidades de obras públicas e privadas – fossem igrejas, pontes ou casas – fizeram aflorar a febre de investimentos. O crescimento da cidade, no entanto, não criou uma malha viária que facilitasse o transporte. O tráfego de charretes e carroças estava permanentemente obstruído naquele labirinto de vielas tortuosas e estreitas. Em Paris, como em outras cidades medievais, o crescimento demográfico, a maior circulação de bens e dinheiro, o incremento do comércio e de revoltas do povo, que promovia motins, fez aumentar a violência urbana.

Com frequência, nas cidades medievais, a violência urbana assumia uma conotação política. Revoltas nasciam, se propagavam e cresciam na rua. Tais motins decorriam de causas impessoais, muitas vezes devido à venalidade de funcionários responsáveis pela distribuição de grãos. Em Paris, as milícias do rei e do bispo esmagavam a rebelião em poucas horas, no máximo em poucos dias.⁷

A grande transformação dos meios urbanos europeus só ocorrerá alguns séculos depois, com o advento do capitalismo moderno, o qual contribuirá para a eclosão de uma grande mudança social, resultado da intensa mobilidade de homens e mercadorias. A expansão de um mercado de bens, serviços e trocas favoreceu planos urbanísticos em todo o mundo. As

⁶ Idem, *ibidem*, p. 162.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 201.

descobertas do médico inglês William Harvey sobre o sistema circulatório do sangue bombeado pelo coração (1628), segundo Sennett, deram início a uma revolução científica que mudou toda a compreensão do corpo. A imagem do homem moderno torna-se singular pela mobilidade.⁸ O mecanismo de circulação do sangue leva o economista Adam Smith a deduzir que as conclusões de Harvey sobre o sistema circulatório poderiam ser aplicadas ao movimento dos mercados. Por desenvolver tais ideias, Smith é considerado o pai da economia moderna e o mais importante teórico do liberalismo econômico, ao pontificar que a liberdade seria o melhor estímulo do comércio.

[Adam Smith] imaginou um mercado livre, de trabalho e mercadorias, operando de modo parecido à circulação de sangue e capaz de produzir idênticas consequências. Observando o comportamento frenético dos negociantes do seu tempo, ele identificou um esquema. A circulação de bens e dinheiro era mais lucrativa que a propriedade fixa e estável, que significava apenas um prelúdio para a troca – pelo menos no que diz respeito aos que conseguiam aumentar seu quinhão. Mas para que as pessoas pudessem beneficiar-se da economia circulante, Smith sabia que que elas seriam obrigadas a abandonar velhas lealdades. Além disso, esses atores econômicos móveis teriam que aprender tarefas especializadas, individualizadas, de modo a terem algo diferente a oferecer. Assim, o *Homo economicus* especializado poderia movimentar-se por toda a sociedade, explorar posses e habilidades oferecidas pelo mercado.⁹

A revolução médico-científica iniciada por Harvey¹⁰ sobre a circulação do sangue e a respiração transformou toda a

⁸ Idem, *ibidem*, p. 261.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 261-262.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 266-268: “Os estudos de Harvey encorajaram vários pesquisadores a investigarem outras áreas do corpo, sob a mesma ótica. O médico Thomas Willis procurou entender a atuação do sistema nervoso,

compreensão do corpo e favoreceu mudanças de expectativas e projetos urbanísticos em todo o mundo. No Iluminismo do século XVIII, novas ideias no campo da saúde pública começaram a ser aplicadas aos centros urbanos. Estabelecia-se assim, na cidade iluminista, a perfeita combinação entre saúde dos indivíduos e locomoção/circulação. A partir de meados do século XVIII, os centros europeus começaram a cuidar da limpeza urbana, e as prefeituras, a criar leis de saúde pública.

Construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade do trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de artérias e veias contínuas, por meio das quais os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável.¹¹

Os urbanistas modernos conceberam o desenho urbano do século XIX de modo a promover circulação de grande número de indivíduos, quanto a deter o movimento de grupos ameaçadores surgidos com a Revolução Francesa. Guiados por

partindo do conceito de circulação mecânica. Embora sem enxergar a ‘energia dos nervos’ ao longo das fibras nervosas, como Harvey observara a pulsação do sangue, Willis podia estudar os tecidos cerebrais. [...] Portanto, o movimento mecânico – reações nervosas e fluxo sanguíneo – deu origem a uma compreensão mais leiga do corpo, que contestava a antiga noção de que a fonte de energia da vida era a alma (*anima*). [...] Os elos entre a cidade e a nova anatomia estabeleceram-se quando os herdeiros de Harvey e Willis aplicaram suas descobertas à pele. Devemos ao médico Ernst Platner a primeira analogia clara da circulação (sangue e impulsos nervosos) com a experiência ambiental. Nos anos 1700, Platner dizia que o ar é como o sangue, devendo percorrer o corpo, e a pele é a membrana que lhe permite respirar. Sujeira, segundo Platner, era o inimigo número 1 da pele. [...] A entrada do ar através da epiderme conferia um significado leigo à palavra ‘impuro’. Mais do que uma mancha na alma – consequência de desastre moral –, impureza significava pele suja devido à experiência humana social.”

¹¹ Idem, ibidem, p. 262-263.

seus predecessores iluministas, que concebiam as cidades como artérias e veias, os urbanistas colocaram esse imaginário a serviço de novos usos. A reconstrução das ruas parisienses pelo barão de Haussmann, por volta de 1850, foi um dos grandiosos projetos dessa nova concepção do desenho urbano que visava garantir a liberdade individual de ir e vir.

A ideia de reconstruir Paris em meados do século XIX foi do próprio imperador Luís Napoleão III, que entregou ao prefeito do Sena, Georges-Eugène Haussmann, o plano básico das transformações urbanas parisienses, cujas obras se estenderiam pelas duas décadas seguintes. Haussmann, conhecido como o “artista demolidor”, foi prefeito de Paris em 1853 e em 1870, e “levou a cabo o maior esquema de redesenvolvimento urbano dos tempos modernos, destruindo boa parte da malha medieval e do Renascimento; retas, as novas vias ligavam o centro da cidade aos distritos”.¹² As avenidas retas e largas permitiam o livre trânsito das milícias imperiais, dando-lhes plenas condições de reprimir qualquer revolta popular. Avenidas largas também se prestavam a separar e dividir as comunidades pobres. Vielas e becos da antiga cidade medieval desapareceram com o novo traçado de artérias e veias calculado pelos engenheiros e urbanistas assistentes de Haussmann, munidos de compasso e régua.

Embelezar Paris com largas avenidas e ruas retas e zelar pela higiene urbana não foi apenas o resultado da vontade de Luís Napoleão III, mas antes uma resposta à pressão econômica do capitalismo triunfante, interessado na valorização do solo e dos imóveis da cidade. É movido por esses interesses que o prefeito Haussmann derrubou os populosos quarteirões populares e fez desaparecer o emaranhado de ruas estreitas, substituindo-os por um conjunto monumental de extensos bulevares, ladeados de construções requintadas. Dessa forma,

¹² Idem, ibidem, p. 332.

fazia desaparecer, estrategicamente, o lendário campo de batalhas das guerras de barricadas do proletariado: as ruas estreitas de Paris.

A capital francesa torna-se mito da modernidade urbana e servirá de modelo à Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, de 1876, instituída pelo poder imperial do Segundo Reinado, cuja intenção era, por meio da ação técnica de engenheiros e médicos, melhorar as condições de salubridade da capital imperial, assolada por epidemias. Esse plano se concentrou em um conjunto de obras na região da Cidade Nova (Estácio, Catumbi e Rio Comprido) com o objetivo de expandir a malha urbana em direção a essa área – que ganhou o nome de Cidade Nova ainda no século XIX, em contraste com a Cidade Velha, localizada próximo ao núcleo urbano original, no Morro do Castelo.¹³

A Comissão, da qual participou, entre outros, o engenheiro Francisco Pereira Passos, também planejou uma grande avenida, que se estendia em direção à atual Zona Norte, beneficiando os bairros da Tijuca, Andaraí e Vila Isabel. O projeto visava a criação de uma região suburbana digna, civilizada, que atraísse operários e outros trabalhadores e aliviasse a pressão demográfica no centro do Rio, causadora de problemas de circulação e habitação. No entanto, apenas com a mudança de regime e, portanto, com a chegada da República é que a região central da cidade passará por uma grande reforma. A República fez eclodir oportunidades que favoreceram a abundância de crédito para a realização de novos empreendimentos, que propiciaram ganhos financeiros para os investidores.

Fazer dinheiro tornou-se um lema latente em boa parte das consciências dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro nesta

¹³ MOTA, Isabela; PAMPLONA, Patrícia. *Vestígios da paisagem carioca: 50 lugares desaparecidos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019, p. 31.

época, tal como “fazer engenharia” fora o lema explícito de um grupo de engenheiros que avançou o século XX em busca da fortuna propiciada pelas novas relações que o poder privado estabelecia com o Estado na República. A busca do enriquecimento manifestou-se não só entre os muros de associações profissionais emergentes nos corredores da Bolsa de Valores, mas também na ampliação de hábitos mais simples como os jogos de azar, que ganhavam maior vulto na cidade. No Rio de Janeiro republicano, todos os métodos eram considerados para aquilo que cada vez mais se tornava o fim social maior: o enriquecimento.¹⁴

O acúmulo de capital, na passagem do Império para a República, e o saneamento das finanças públicas, no governo Campos Sales (1898-1902), tornaram o Rio a principal praça financeira e o principal centro comercial e industrial do Brasil, o que ensejou um amplo projeto de reforma urbana durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906). A cidade, com suas fachadas de prédios coloniais envelhecidos, suas ruas estreitas e mal iluminadas, era considerada suja, insalubre e não civilizada. A missão de coordenar as obras ficou a cargo do prefeito Pereira Passos, engenheiro de formação, o qual já havia integrado a Comissão de Melhoramentos de 1876. As principais e mais importantes obras do período são o melhoramento do Porto e a abertura da Avenida do Cais (futura Rodrigues Alves), da Avenida do Mangue (posteriormente Francisco Bicalho) e da Avenida Central (renomeada como Rio Branco).¹⁵

A Avenida do Cais foi planejada para funcionar como instrumento de polícia sanitária e militar, uma vez que atravessava uma das áreas consideradas mais perigosas do Rio, os bairros da Saúde, Gamboa e Saco do Alferes, onde havia

¹⁴ AZEVEDO, André Nunes de. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: PUC- Rio, 2016, p. 93.

¹⁵ Idem, ibidem, p. 149.

acontecido, em 1904, a Revolta da Vacina, quando as forças populares se amotinaram para lutar contra a obrigatoriedade, determinada pelo governo, de imunização contra a febre amarela.

A Avenida Central, por sua vez, foi onde se concentrou todo o elenco de melhoramentos da cidade para atender às modernas funções urbanas de centro comercial, financeiro e administrativo. A modernização da avenida custou a derrubada de centenas de imóveis, de comércio e moradia, de feição colonial portuguesa, além do deslocamento de famílias inteiras para outras áreas menos nobres da cidade. O fim das demolições para a abertura da avenida foi comemorado no dia 7 de setembro de 1904, e sua inauguração ocorreu em 15 de novembro do ano seguinte, ainda que não estivessem as obras totalmente concluídas. Os planos de Pereira Passos para a cidade iriam além de seu mandato, e parte do projeto só seria realizada nas administrações seguintes. O arrasamento do Morro do Castelo – berço histórico da cidade – e o conjunto de obras monumentais realizadas por Carlos Sampaio para as comemorações do centenário da Independência, em 1922, constituíram a continuidade das reformas iniciadas por Pereira Passos, que já haviam derrubado uma parte do Castelo para a construção de prédios icônicos da Avenida Central.

Os melhoramentos previstos pela Comissão de 1876 estabeleciam reformas higienistas, iniciadas efetivamente em 1903, na prefeitura de Pereira Passos, em aliança com Lauro Müller, Paulo de Frontin e Francisco Bicalho. Esses engenheiros arrasaram prioritariamente as moradias de trabalhadores pobres e os pequenos armazéns da Zona Portuária. Com a justificativa de promover melhoramentos, os direitos de moradia de uma grande parcela de habitantes do centro urbano foram ignorados:

A autoridade pública permitia-se invadir e não raro destruir [...] seja o cortiço, o barraco ou o mocambo nas cidades. [...] Não se hesitava em invadir o espaço sagrado dos terreiros [...], prender e espancar oficiantes e fiéis, sequestrar e destruir instrumentos e objetos religiosos. Conforme a tradição herdada da escravidão, a repressão não se limitava à detenção, mas, dependendo da ameaça, podia ir do espancamento sistemático ao exílio na selva, ao fuzilamento sumário [...]. Em suma, nem lares, nem âmbitos sagrados, nem corpos e nem vidas, do ponto de vista dos agentes da ordem, tinham garantias quando se tratava de grupos populares.¹⁶

Ainda na gestão de Pereira Passos, deu-se início às obras de infraestrutura para os novos empreendimentos que chegavam aos bairros litorâneos. Em direção à Zona Sul, foi pavimentada a Avenida Beira-Mar, e a Avenida Atlântica recebeu o primeiro projeto de alinhamento, abrindo caminho para a especulação imobiliária dos bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon. As transformações urbanas do Rio foram executadas em perfeito acordo entre o Estado e as elites financeiras, mas em tensão e conflito permanente com a massa de trabalhadores, em sua maioria negros e pobres, o que resultou em um modelo de cidade segmentado espacial e socialmente.

Ao privilegiar trechos de *Carne e pedra*, em que a cidade se apresenta como um lócus de poder, esta introdução quer lançar luz sobre a questão urbana, cuja complexa relação de forças políticas, econômicas, técnicas e sociais concorrem com diferentes imaginários, cujo tempo histórico se encarrega de estilhaçar e remontar. O jogo de forças entre “diferença, complexidade, estranheza”¹⁷ é o que torna a experiência urbana uma aventura em que se conjugam carne, pedra e sonhos.

¹⁶ SEVCENKO, op. cit., p. 30.

¹⁷ SENNETT, op. cit., p. 25.

Este ensaio abordará tempos de poder político, econômico e técnico-científico da burguesia carioca em que carne, pedra e sonhos se atritam em disputa pelos usos históricos da cidade, pelas condições e ocupações topográficas e vivências corporais específicas. Tempos em que as relações de sociabilidade entre as elites e o chamado povo tornam-se desafiadoras e complexas. Tempos de intensa circulação de mercadorias e ideias científicas. Tempos em que os governantes republicanos querem deixar na cidade marcas monumentais de suas administrações. Tempos de grande mobilidade por ferrovias, carris, ruas e avenidas. Tempos de intensas mudanças de usos e costumes citadinos, em que jornalistas e escritores não se cansam de produzir interpretações sobre os acontecimentos políticos, a circulação urbana e as diferentes novidades de consumo e de comportamentos que não param de surgir. Tempos de bota-abixo, em que, tal e qual aconteceu em Paris, a velha cidade de matriz colonial é demolida e completamente remodelada e higienizada por profissionais da engenharia e da medicina. Tempos de integração entre o saber científico e racional do médico e do engenheiro. Tempos de modernização e de apagamento da tradição. Tempos de disputas entre a cultura erudita e a popular. Tempos de vigilância e controle do poder estatal, mas também tempos de resistência à dominação...

As imagens e os discursos que dão forma e conteúdo ao espaço urbano, sejam eles políticos, literários, geoeconômicos, fotográficos, urbanísticos, entre outros, são construídos ao longo da história por meio de disputas entre as instâncias de poder, e destas com seus subordinados. Via de regra, subalternos. Mas o que importa nesse processo é a força das representações imaginadas sobre a cidade, bem como os indivíduos, que a habitam, a governam, nela trabalham e também se divertem, lhe atribuem sentido. É o caso, portanto, “de um monumento que se edifica no passado, mas que é pensado e sentido a partir do presente. O espaço urbano, na sua

materialidade imagética, torna-se, assim, um dos suportes da memória social da cidade".¹⁸

Para adentrarmos os subúrbios e as avenidas do Rio desses belos tempos, seremos conduzidos pelo olhar discordante de Lima Barreto, cuja obra nos oferece múltiplas perspectivas dessa época. Sendo assim, privilegiamos as crônicas em que Lima, com maior liberdade e fluidez de linguagem, evoca sentidos, vivências e valores da cidade. Crônicas em que diferentes aspectos materiais e imateriais da cultura tornaram-se para ele motivo de memória afetiva e/ou de duras críticas e questionamentos.

Além das crônicas, lançaremos mão de fragmentos da correspondência e do *Diário íntimo* em cuja escrita se destaca o combate ao caráter autoritário das elites aliada aos militares, defensores e divulgadores de teorias científicas de cunho racial e outros ideários importados da Europa e/ou dos Estados Unidos. O diário constitui uma espécie de caderno de colagem, no qual Lima armazenava anotações íntimas e pensamentos variados, além de recortes de jornais e revistas. Entre essa escrita em fragmentos, encontram-se esboços dos livros que estava escrevendo ou planejava futuramente escrever. O próprio autor chamou essa coleção de notas autógrafas e de recortes colados com o sugestivo e apropriado título de *Diário extravagante*,¹⁹ quando começou a dar forma, entre 1900 e 1903, a esse seu interesse por acumular registros que lhe pareciam importantes para a atividade de escritor. É nessa mistura de acontecimentos públicos com os de natureza pessoal que vai tomado corpo a memória pessoal do escritor e a memória coletiva de uma cidade: ambas extravagantes.

¹⁸ PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p. 16.

¹⁹ BARRETO, Lima. *Diário íntimo: memórias*. In: BARBOSA, Francisco de Assis et al (org.). *Obras de Lima Barreto*. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 32.

O Escritor-Andarilho em Tempos de *Belle Époque* Carioca

Devido a um acidente ridículo que me impediu de calçar, durante quase todo mês de dezembro último não fui à cidade. Deixei-me ficar em casa, mal saindo do meu modesto aposento, para os outros da minha humilde residência... Em começo, aborreci-me com a cousa, porque sou andarilho de vocação, no bonde – bem entendido – ou melhor: gosto de estar em lugares em que as cenas variem e venham a se representar, às vezes, algumas imprevistas.
(Lima Barreto, *Marginália*)

Período fértil e marcante de transformações motivadas por mudanças notáveis na configuração econômica mundial, a chamada *Belle Époque*, de fins do século XIX ao fim da Primeira Guerra Mundial, notabilizou-se por consequências que se fizeram sentir no campo da cultura, das artes, do divertimento e do comportamento eufórico das gerações que vivenciaram essa época. Se na Europa, onde reinou, nesse período, relativa paz política e crescimento econômico explosivo, o luxo e o requinte das grandes capitais, como Paris, foram a marca inconfundível desses belos tempos; no Brasil, as manifestações desse período também se fizeram notar, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, capital da República, onde se deu vazão ao anseio de modernização.

Sede do governo e maior porto do país, coube ao Rio desempenhar esse papel de cidade-modelo europeia nos trópicos. Para tanto, a gestão do presidente Rodrigues Alves colocou em curso um vasto programa de reforma urbana e saneamento da capital, cuja culminância ocorreria em 1920, com

a completa demolição do Morro do Castelo, na gestão do prefeito Carlos Sampaio, para os preparativos da Exposição Internacional pelo Centenário da Independência, que ocorreria em 1922. Foi, portanto, nessa cidade, palco da assinatura da Lei Áurea, em 1888, do golpe militar republicano, em 1889, e do processo de remodelação da capital, impulsionado pelo governo republicano a partir de 1903, conhecido como Melhoramentos ou Regeneração, ou ainda popularmente chamado de bota-abixo, que nasceu e viveu por 42 anos o escritor Afonso Henriques de Lima Barreto.

A obra de Lima Barreto foi, ao longo do tempo, recebendo leituras variadas, que instituem perspectivas renovadas de interpretação, dada a complexidade do método de trabalho do autor carioca, que transformava leituras e vivências em textos de gêneros diversos, como romances, contos, crônicas, diários, artigos jornalísticos e cartas. Em todos os seus escritos, Lima apresentava situações do cotidiano múltiplo e polifônico do Rio de Janeiro, revelando contradições e ambiguidades implicadas em um meio urbano em transformação. As observações, ponderações e críticas do autor, em especial nas crônicas publicadas em jornais e revistas da época, e posteriormente organizadas e publicadas em livros, forneciam e continuam fornecendo, aos leitores e pesquisadores de sua obra, um rico material de reflexão social, histórica e cultural.

Pertencente a uma família de negros do Rio de Janeiro, cuja ascendência africana remonta à escravização (embora seus pais, João Henrique e Amália Augusta, já tivessem nascido libertos), as histórias pessoais de Lima Barreto e de seus familiares atravessam e são atravessadas por dramáticos acontecimentos políticos que, seja no formato autobiográfico ou no ficcional, ou em uma mistura dos dois, tornaram-se temas da escrita do

autor. Leitor voraz e “andarilho de vocação”,²⁰ Lima nasceu e estudou no centro do Rio. Após a morte da mãe, por um período da infância, morou na Ilha do Governador, acompanhando o pai em seu novo emprego numa colônia de alienados, antes de se mudarem para o subúrbio. Ele pouco se afastou da cidade, tendo apenas feito uma viagem para o interior de São Paulo e outra para Juiz de Fora, as quais não constituíram momentos de lazer, pois o autor se manteve, durante todo o deslocamento de trem, e durante a permanência no destino final, no seu posto de observador de usos, costumes e comportamentos dos demais passageiros e dos moradores das cidadezinhas visitadas.

O transitar intenso pelo centro, onde estudou e trabalhou, e do centro para o subúrbio, onde passou a morar, aliado a um agudo senso de observação, permitiu a Lima acompanhar as mudanças estruturais da cidade promovidas pelos governos republicanos, e também recolher, nos instantes dos acontecimentos, situações comuns e/ou inusitadas que lhe forneciam matéria para a escrita de seus textos literários e/ou jornalísticos. A leitura de periódicos nacionais ou estrangeiros era outra fonte para a reflexão crítica sobre os fatos do cotidiano a serem imediatamente transpostos para a escrita.

Em crônica da *Careta*, Lima apresenta-se como leitor de jornais, atribuindo-lhes a função de não apenas informar, mas de ensinar: “Leio com cuidado os jornais do dia, como já tenho repetido muitas vezes. [...] O jornal é uma fonte de estudos para mim”.²¹ Além disso, o escritor colecionava retalhos²² de jornais.

²⁰ Como ele próprio se define em uma crônica de *Marginália*, de 1922. Cf. BARRETO, Lima. *Marginália: artigos e crônicas* In: BARBOSA, Francisco de Assis et al (org.). *Obras de Lima Barreto*. São Paulo: Brasiliense, 1961d, p. 170.

²¹ BARRETO, Lima. *Vida urbana: artigos e crônicas*. In: BARBOSA, Francisco de Assis et al (org.). *Obras de Lima Barreto*. São Paulo: Brasiliense, 1961b, p. 249.

Há uma crônica de 1918, “Velhos ‘apedidos’ e velhos anúncios”,²³ em que relata o fato recente de ter ganhado de um velho vizinho uma “porção de retalhos de velhos jornais de épocas diversas”.

Lima interessava-se pelos anúncios da época do Segundo Reinado que tratavam de escravos, e a partir de dois deles elabora o trecho final da crônica que transcrevo:

Guardei os que tratavam de escravos. Vejamos. Secundino da Cunha, um leiloeiro do tempo, devidamente autorizado, em 20 de janeiro de 1868, anuncava vender, além de móveis, piano, joias e trem de cozinha, quinze escravos “de ambos os sexos, todos boas peças”.

Chamava especialmente “a atenção para os escravos, por ser uma ocasião que raras vezes aparece, e mesmo sendo reconhecida a probidade de todos os escravos do Senhor Freitas, é a razão por que são recomendados, *em todos eles tem mucamas prendadas, cozinheiras, oficiais de ofício e ganhadores*”.

O grifo é meu; mas tudo, inclusive a redação, é do anúncio. Não parece que isto se passou há dois mil anos? Pois não foi. Uma tal licitação se efetuou, em 29 de janeiro de 1868, há cinquenta anos e meses, na cidade do Rio de Janeiro, quarta-feira, na residência do Senhor Tomás Francisco de Freitas, à Rua dos Andradas 48, sobrado. O Senhor Freitas ia para a Europa tratar de sua saúde. Deus o tenha em sua santa paz!

Há outro semelhante, mas o leiloeiro é um Senhor A. F. Casais. No mesmo mês e anos, porém, a 21, ao correr do martelo, “venderia diversos escravos, com ofícios e prendas”, etc., etc.

Meses antes, em 10 de novembro do ano anterior, na Rua da Alfândega nº 100, sobrado, alguém comprava escravos, de dezoito a trinta e seis anos, para serem libertos e assentar praça. Estávamos em plena Guerra do Paraguai; e os patriotas que não

²² *Retalhos* é como Lima Barreto denominava a coleção de recortes de jornais, colados em cadernos, dos quais recolhia temas que se tornavam assuntos de artigos e crônicas de sua autoria.

²³ Idem, ibidem, p. 150-156.

queriam ir lá morrer, davam substitutos que ia combater o López, por eles.

O substituto era sempre encontrado em um escravo, liberto provisoriamente, o homem do anúncio fazia estoque deles, como se faz hoje com o açúcar, o arroz, etc., e esperava a alta de preço... Era um peculiar *profit de guerre* daquela época. Cada uma tem o seu...²⁴

A abolição do tráfico africano, em 1850, provocou um grande impacto sobre a instituição do cativeiro e representou o início do seu gradativo declínio, não só no Rio como no restante do país. Isso, em parte, explica o leilão de escravizados anunciado no *Jornal do Comércio* em 1868. Os senhores proprietários do meio urbano precisavam negociar as “peças” antes que passassem a valer cada vez menos, na maior cidade escravista das Américas no século XIX. A transcrição de trechos dos anúncios e os apartes irônicos do cronista acentuam o absurdo da escravização dos negros e a sua comercialização equiparada à venda de objetos de consumo. Em outra situação, os negros são comprados para substituir os filhos dos proprietários que, convocados para a Guerra do Paraguai, não queriam arriscar suas vidas no confronto bélico. Neste caso, o cronista destaca a especulação comercial a que são submetidos os escravizados. Assim como os empresários de gêneros alimentícios fazem com as mercadorias, estocando-as, para que com a falta no mercado consumidor, elas tivessem seus preços elevados, o comerciante de escravizados procedia com a mesma ganância, de olho em possibilidades de lucro crescente. Ao público da crônica de 1918, cabia inferir que tanto ontem como hoje o modelo econômico capitalista está em curso. A República, portanto, não eliminou as mazelas econômicas do Segundo Império.

²⁴ Idem, ibidem, p. 154-155.

Em sua literatura, Lima atua como memorialista da cidade e, por extensão, do país, ancorado em uma viva consciência pessoal do presente, sem abrir mão de fatos passado. Apresenta ao leitor, de ontem e de hoje, uma obra em que se modelam as estruturas física e social do Rio de Janeiro: ruas, monumentos, transportes, meios de comunicação, instituições, população, classes sociais, ofícios, tradições, usos e costumes. Dotado de uma consciência extremamente lúcida, não se deixa captar pelas regras retóricas e estilísticas do bem escrever e procura se comunicar com o seu público com fluidez, de modo claro e simples. É com essa linguagem despojada que melhor levará a efeito o propósito de sua atividade de escritor, especialmente nos meios jornalísticos: “Minha vida há de ser um protesto eterno contra todas as injustiças”²⁵ – afirmará em uma crônica de 1918.

É, portanto, objetivo deste ensaio percorrer a obra do autor e apresentar os modos como Lima – munido de seu peculiar desejo de arquivar fatos e histórias, de sua perspicácia crítica e eloquência irônica – vai expondo, em seus textos, as tensões e contradições de um tempo de notáveis mudanças no espaço urbano, ao qual se impõe a modernização e no qual a tradição persiste. Tempo em que o ritmo de vida se acelerou e o Rio passou de burgo pacato, de matriz colonial e escravocrata, a metrópole em expansão, cortada por novos meios de comunicação, como o telefone, e de transporte sobre trilhos e automóveis.

A *Belle Époque* carioca é um marcador importante nessa dinâmica social de aceleração, cujos efeitos são notáveis nos comportamentos dos citadinos – novos modos de se deslocar, habitar, vestir, gesticular e se expressar –, renovados sistemas de valores éticos e estéticos próprios da modernidade, presença da tecnologia no cotidiano de parte da população, inovações técnico-científicas, modernos dispositivos de comunicação, que

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 140.

ancoram o projeto civilizador idealizado e posto em prática pelas elites culturais e financeiras. No entanto, a execução desse projeto de “europeização da cultura carioca – e brasileira – e de padronização de hábitos e comportamentos coletivos, a reforma urbana, ao impor uma modernização autoritária e de fachada, só fez aprofundar as desigualdades sociais herdadas do recente passado colonial escravista”.²⁶

Dos subúrbios às avenidas da capital da República, ou ainda em breves viagens que realizou a cidades vizinhas, como São Gonçalo, ou quando atravessou as fronteiras do estado, o olhar percuciente do escritor ia descortinando aquela característica do espaço urbano que o geógrafo Milton Santos chamou de “acumulação desigual de tempos”.²⁷ Embora fosse apenas um “andarilho de vocação”, Lima Barreto soube compreender o espaço da cidade como resultado da ação humana e de variáveis econômicas e políticas, portanto, passível de transformação ao longo do tempo. Os tempos pretéritos e o tempo presente são fundamentais para o entendimento do espaço que, por sua vez, não pode ser dissociado dos seres humanos que o habitam, quer seja no centro (concentração de riquezas) ou na periferia (expressão da pobreza), já que ambos fazem parte do mesmo processo de modernização capitalista.

²⁶ ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995, p. 11.

²⁷ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Melhoramentos da Cidade pelo Olhar de um Jovem Observador Munido de seu Diário

As transformações econômico-sociais deixam na cidade marcas e sinais que contam uma história não verbal pontilhada de imagens, de máscaras, que tem, como significado, o conjunto de valores, usos e hábitos, desejos e crenças que misturam, através do tempo, o cotidiano dos homens.

(Lucrécia D'Alessio Ferrara, *Os significados urbanos*)

Afonso Henriques de Lima Barreto viveu intensamente a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, ocorrida entre 1903 e 1906, cujo projeto incluía uma série de melhoramentos para a capital federal da República brasileira. A Grande Reforma pretendia substituir a imagem degradada da cidade por outra, civilizada e progressista, mais a contento das elites nacionais e da classe burguesa, política e economicamente no centro do poder a partir de 1889. Assumem papel de destaque, nesse contexto de obras públicas, os profissionais da engenharia, uma vez que “a tradição monárquica no campo da política ou a tradição colonial no campo da arquitetura deveriam ser extirpadas como elementos que impediriam a ruptura que a força do progresso republicano viria estabelecer”.²⁸ Assim, estaria em gestação, nos primeiros anos da República, uma dimensão de futuro que superaria a época de atraso da Monarquia. A ideia de progresso, dominante na República, foi em muito induzida pela febre especulativa e pela abundância de crédito. Era uma época de entusiasmo com o desenvolvimento material do país, que “não se limita às obras

²⁸ AZEVEDO, op. cit., p. 89.

públcas de construção civil propriamente ditas, ela também se aplica às tecnologias que eram introduzidas em novos pontos da cidade, como foi o caso da luz e da energia elétrica”.²⁹

A racionalidade técnica seria a promotora do progresso, e a ela caberia a solução para os problemas da cidade. Entram em cena os engenheiros filiados ao Clube de Engenharia, fundado em 1880, que defendiam a reestruturação urbanística e sanitária como caminho para uma melhoria moral da população carioca. O prefeito da capital, Pereira Passos, começa a fomentar, por meio de decretos, uma nova ética urbana, cuja implantação exigia do cidadão enquadrar-se nos códigos burgueses de civilidade, ou seja, perceber “o espaço público como um espaço que deve ser utilizado a partir de regras estabelecidas por leis”.³⁰ Ou seja, os decretos do prefeito proibiam atividade consideradas anacrônicas à cidade moderna, como a proibição de que os carregadores utilizassem os trilhos dos bondes para passar com o carrinho de mão de modo a facilitar-lhes o transporte da carga. As determinações da prefeitura difundiam-se em tom de piada ou sarcasmo pelos jornais, quer na forma de caricaturas ou de textos, como no jornal *O País* de 8 de janeiro 1903:

Os barulhos de ontem

Boatos

A ordem restabelecida

As coisas ontem estiveram pretas em alguns pontos centrais da cidade, com a atitude de resistência dos condutores de carrinhos de mão. Houve muitas portas fechadas e muitas cabeças abertas, muitos vivas e morras, muitos sustos e muitos boatos.

Boatos, sim, senhores. Meia hora depois das primeiras arruaças já se dizia, muito em segredo ou entre dois arrepios, que a história não passava de mais uma tentativa de restauração

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 166.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 190.

monárquica. Os carrinhos de mão estavam prestes, dizia-se, a fazer descarrilar o carro do Estado.

Os homens, unidos e agressivos, faziam estremecer meio mundo. Pareciam dispostos a tudo. Gritavam, a boca cheia, que o prefeito lhes queria arrancar o pão da boca, e acrescentavam:

– Ah! Ele é isso? O prefeito assim o quer! Pois saímos mesmo fora dos trilhos hoje!

Houve *meeting* – como noticiou a imprensa vespertina.³¹

As proibições não eram acatadas sem a resistência dos trabalhadores à violência com que o Estado administrava o espaço público. As leis, feitas pela elite urbana, desconsideravam elementos da tradição popular da cidade do Ocidente com o maior número de escravizados durante a quase totalidade do século XIX. Leis e normas civilizadoras cujo modelo eram os padrões burgueses dos países europeus, exemplo superior do que a municipalidade entendia por civilização. Tal projeto civilizador não podia ser implantado sem dificuldades, se considerarmos que “se tentava impor um padrão de civilidade urbana burguesa e europeia a uma cidade de tradição escravista e culturalmente heterogênea – marcada por uma miríade de imigrantes e migrantes rurais, e um grande contingente de ex-escravos”.³² Cidade onde os níveis de desemprego eram altos, levando os pobres a se “virar” com atividades informais e até pouco convencionais. É nesse cenário de tensões sociais e de pleno desenvolvimento material da capital federal – técnico, urbanístico, econômico e de nova ética urbana –, na transição de finais do século XIX e início do XX, que o jovem Afonso Henriques almejava tornar-se escritor.

³¹ O PAÍS, 31 jan. 1903, apud SILVA, Lúcia. A Paris dos trópicos e a Pequena África na época do Haussmann tropical. In: SANGLARD, Gisele; ARAÚJO, Carlos Eduardo M.; SIQUEIRA, José Jorge (orgs.). *História urbana: memória, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 205-206.

³² Idem, ibidem, p. 204.

Em 1902, quando se inicia o chamado processo de Regeneração da cidade, o futuro escritor Lima Barreto era aluno do Curso de Engenharia da Escola Politécnica do Largo de São Francisco, o qual iria abandonar no ano seguinte, por conta da doença do pai e das sucessivas reprovações na cadeira de cálculo. Tendo de arcar com a responsabilidade da família, Lima fez concurso para a Secretaria de Guerra, na qual ingressou em outubro de 1903 no cargo de amanuense. Em 1902 Lima Barreto e sua família saíram da Ilha do Governador e foram morar no subúrbio do Engenho Novo e, posteriormente, em Todos os Santos, onde os aluguéis eram mais baratos.

Ainda que fizesse um esforço para adaptar-se à rotina de funcionário público de uma Secretaria do Estado, Lima não conseguia se integrar àquela ambiência militar e procurava dar vazão, no jornalismo, ao seu talento de escritor. Indicado por amigos, passou a colaborar em jornais e revistas de pequena circulação, até conseguir ingressar no jornalismo profissional, escrevendo reportagens no *Correio da Manhã*, o famoso jornal do poderoso empresário da imprensa Edmundo Bittencourt.

É no *Correio da Manhã* que Lima publica, sem assinatura, uma série de 22 reportagens sobre as escavações dos subterrâneos do Morro do Castelo, quando eram concluídos os trabalhos de abertura da Avenida Central, na altura da Praia de Santa Luzia. A essas reportagens, Lima Barreto incorporou a narrativa folhetinesca *D. Garça* ou *O que se passou em começos do século XVIII, nos subterrâneos dos Padres da Companhia de Jesus na Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, a mui heroica, por ocasião da primeira invasão francesa ao mando de Clerc*. O enredo dessa série de reportagens retoma a crença corrente, entre os habitantes da cidade, de que havia um tesouro oculto nas entranhas do Morro do Castelo, onde se localizava a igreja e o colégio dos jesuítas. A crença subsistiu até a abertura da Avenida Central, em 1905, quando foi encontrada uma galeria que confirmava a existência de uma rede de túneis sob a montanha. É esse material

recolhido do imaginário popular, para cuja formação concorreram diferentes discursos e práticas – religiosos, míticos, populares e urbanísticos – que o jovem jornalista decide ficcionalizar ao criar o folhetim publicado no *Correio da Manhã*. A escolha dos subterrâneos do Morro do Castelo já configura uma preferência que seria aprofundada pelo futuro escritor em sua obra: a representação da cidade pela perspectiva do homem comum, daqueles que vivem a rua como um laboratório de observação e a conhecem pelas plantas dos pés.

Dentre as muitas anotações pessoais, que foram reunidas postumamente, no volume *Diário íntimo*, pelo jornalista e historiador Francisco de Assis Barbosa, é possível, em algumas delas, interpretar as andanças pelas ruas da cidade ou, quando em percursos mais longos, as viagens de bonde ou de trem, como uma prática de formação ética e estética do jovem futuro escritor Lima Barreto. Com a seleção de Assis Barbosa, o volume XIV, intitulado *Diário íntimo: memórias*, passou a fazer parte das *Obras de Lima Barreto*, composta de 17 volumes, cuja primeira edição é de 1956 e a segunda, de 1961.

Na narrativa fragmentária, descontinuada e incompleta do *Diário íntimo* manifesta-se “o arcabouço de uma fabricação da subjetividade que delibera seus próprios mecanismos de confabulação e seus anseios de realização”.³³ É nas anotações íntimas, por exemplo, que Lima registra o seu desejo de concretizar três coisas na vida: “um amor, um belo livro e uma viagem pela Europa e pela Ásia”,³⁴ ou seja, desejos e ambições próprias de um rapaz de 23 anos, que vivia na capital da República e almejava tornar-se escritor. É no contato com os diferentes espaços urbanos de uma cidade em transformação que o jovem escritor, em anotações pessoais, esboçará uma

³³ JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 62.

³⁴ BARRETO op. cit., 1961a, v. XIV, p. 49.

espécie de percurso de formação com que busca delimitar para si formas possíveis de sociabilidade e ação. Caminhar pelo centro da cidade, lugar do consumo e da exibição, é atravessar e ser atravessado pela modernização em curso e coletar fatos e impressões para as anotações do diário.

As notas do diário, entre os anos de 1903 e 1905, deixam entrever o jovem Afonso atento à realidade do país, sem se deixar fisgar completamente pela pose europeia de suas elites burguesas, ao mesmo tempo em que procura apreender sua própria identificação como negro, em uma sociedade onde os negros eram excluídos, por um Estado restritivo e impopular, severamente controlado por grupos militares. Os sucessivos governos da Primeira República eram, segundo a avaliação de Lima em seu diário, autoritários e violentos, e assim são definidos: “o do Floriano foi vermelho; o do Prudente, branco, e o Alves, incolor, ou antes de tronco e bacalhau”,³⁵ ou seja, todos esses presidentes implantaram o terror derramando sangue e excluindo os negros, conforme se pode interpretar pela definição do governo de Rodrigues Alves, à época no poder, como uma administração de “tronco e bacalhau”, numa alusão aos castigos físicos aplicados aos escravizados: o “bacalhau” era um chicote de couro, e “tronco”, os buracos em troncos de madeira onde eram presos pelos pés.

Em uma anotação de 1904, Afonso Henriques relata o estado de sítio decretado por ocasião da Revolta da Vacina, quando a polícia reprimia os revoltosos de forma violenta, recolhendo-os e deportando-os para o Acre:

Este caderno esteve prudentemente escondido trinta dias. Não fui ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil.

Trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre.

³⁵ Idem, ibidem, p. 49.

Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já está habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: estado de sítio passará a ser estado de fazenda.

De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos.³⁶

Segundo o relato arquivado na caderneta, em que é notório o traço irônico, no uso ambíguo de “sítio” e “fazenda”, sobressai a memória das violências cometidas ao longo dos quatrocentos anos de nosso processo civilizatório. Como funcionário público, recentemente admitido na Secretaria de Guerra, o jovem Lima convive com os militares, conhece-os de perto e sabe, portanto, que o caderno é um documento que pode ser usado contra ele e até levá-lo a perder o emprego, por isso a prudência em escondê-lo por trinta dias.

Estabeleceu-se nas obras da Reforma Urbana do Rio de Janeiro uma batalha simbólica entre diferentes perspectivas ideológicas, da qual Lima Barreto não se ausentou: primeiro, porque acreditava no seu direito de cidadão de manifestar suas ideias sobre os destinos da cidade onde nasceu e vivia e, segundo, por ter sido sua família diretamente atingida pelo processo de reurbanização, pois, devido ao aumento dos aluguéis determinado pela valorização dos imóveis no centro da cidade, ele e sua família passaram a residir no subúrbio, onde o custo de vida era mais acessível. Além disso, Lima não via com bons olhos a destruição de casarões e prédios de arquitetura colonial, que guardavam a memória da cidade, para dar lugar a edifícios de arquitetura eclética de inspiração europeia. É assim que envia ao amigo Mário Galvão, em viagem de férias a Paris, no ano de 1905, uma carta com notícias sobre a inauguração da Avenida Central:

³⁶ BARRETO, 1961a, p. 49.

Ontem inaugurou-se a avenida. Está bonita; cheia de canteirinhos, candelabros, etc.; mas os edifícios são hediondos, não que sejam feios. Ao contrário, são bonitos, pintadinhos, catitas; mas lhes falta, para uma rua característica de nossa pátria, a majestade, a grandeza, acordo com o local, com a nossa paisagem solene e mística. Calculas tu que na cidade do granito, na cidade dos imensos monólitos do Corcovado, Pão de Açúcar, Pico do Andaraí, não há na tal avenida-montra, um edifício construído com esse material. Choveu a mais não poder, assim mesmo ela esteve cheia, de tropa e de povo.³⁷

A beleza *art nouveau* do mármore e do cristal, projetada na prancheta de engenheiros e arquitetos orientados por um padrão estrangeiro aos costumes, à memória e à paisagem da cidade, criou o aspecto hediondo das novas fachadas, na opinião do jovem Lima. O resultado era uma avenida-montra para ser percorrida, admirada, mas sem personalidade, sem o carisma que lhe teria sido conferido pelo uso do granito, tão familiar à paisagem do Rio. No entanto, o espetáculo da inauguração, transformado em um solene acontecimento pelo governo republicano, atraiu o povo e a tropa, uma vez que o povo precisa do controle da tropa, principalmente por se tratar de uma solenidade oficial com a presença das autoridades, dentre as quais destacava-se o presidente Rodrigues Alves, patrocinador daquele monumento de beleza arquitetônica que iria ser entregue aos moradores da capital do país.

Nem mesmo a construção da nova Biblioteca Nacional, na Avenida Central, escapou da crítica do escritor que tanto amava os livros e a leitura. Ele diz preferir a velha biblioteca, situada em um antigo prédio à Rua do Passeio, uma vez que a nova era muito suntuosa, cheia de empáfia, com a aparência de um

³⁷ BARRETO, Lima. *Correspondência ativa e passiva*. In: BARBOSA, Francisco de Assis et al (org.). *Obras de Lima Barreto*. São Paulo: Brasiliense, 1961c, v. XVI, tomo 1, p. 134.

³⁷ Idem, ibidem, p. 49.

palácio americano. O incômodo de Lima originava-se no fato de que o luxo da nova construção pudesse afastar os leitores mais humildes. Para ele a biblioteca deveria ser um espaço de instrução, acessível e acolhedor, mas a República não considerava em seus planos de modernização tal conceito de educação pela leitura: “O Estado tem curiosas concepções, e esta, de abrigar uma casa de instrução, destinada aos pobres-diabos, em um palácio intimidador, é das mais curiosas”.³⁸

O cenário de reformas da urbe e as tensões sociais da Primeira República inscrevem-se nas anotações pessoais de Afonso Henriques, em que se conjugam reflexões íntimas com acontecimentos públicos, para dar forma a seu lugar de cidadão e intelectual negro em uma capital dominada pela obsessão imaginária de elegância, brancura e beleza, ao mesmo tempo em que faltavam majestade e dignidade aos governantes e não havia uma política de inclusão social. As obras reformadoras da gestão de Rodrigues Alves não incluíam a promoção de uma política habitacional popular. Sem solução para a crise de habitação, a população pobre passou a se acumular em cortiços e morros do centro, comprometendo os planos de saneamento da urbe.

O recém-concursado Afonso Henriques não gostava da função de amanuense na Secretaria de Guerra, na qual tinha de conviver com cópias de decretos e portarias militares, textos sem nenhum interesse para quem pretendia se dedicar exclusivamente à escrita literária, mas precisava do emprego para sustentar a família. Para diminuir o tédio, o funcionário ocupava parte do tempo na secretaria rememorando e anotando fatos do dia anterior e imaginando cenas para o livro que estava escrevendo:

³⁸ Idem. A Biblioteca. *Marginália*. In: BARBOSA, Francisco de Assis et al (org.). *Obras de Lima Barreto*. São Paulo: Brasiliense, 1961d, v. XII, p. 37.

Último dia do mês em que, com certa regularidade, venho tomado notas diárias da minha vida, que a quero grande, nobre, plena de força e de elevação. [...]

Ontem, saindo da secretaria, fui à Rua do Ouvidor, estive com alguns idiotas e fui à botica.[...] Deixando a botica, fui à Rua do Ouvidor; como estava bonita, semi-agitada! Era como um boulevard de Paris visto em fotografia.

Fui de trem, meditei durante a viagem sobre o meu livro, e em casa compulsei as notas para acabar o terceiro capítulo. Agora acabo de achar uma pequena cena para o segundo, com a qual dar-lhe-ei mais força, mais vida, mais verossimilhança.³⁹

O contato com a agitação da Rua do Ouvidor, onde se concentravam os sonhos de consumo da elite carioca, depois de cumprir seu banal e modorrento expediente na Secretaria de Guerra, concretiza, por meio da *flânerie*, a experiência urbana da alteridade e a abertura do imaginário ao “boulevard de Paris visto em fotografia”. A Paris que Lima Barreto só conheceu pelas notícias que traziam os amigos que para lá viajavam, ou pelos cartões-postais e pelas leituras de livros e revistas franceses que compunham suas referências intelectuais, era a cidade dos sonhos dos intelectuais da *Belle Époque*.

O trajeto de trem até o subúrbio é compensado pela meditação sobre o livro que está escrevendo – que deve ser *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, cuja “Explicação necessária”, assinada por Augusto Machado, o biógrafo do protagonista, traz data de 1906, ainda que só tenha sido publicado em 1919. A estreia literária de Lima Barreto ocorreria com a publicação de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, em 1909.

Gonzaga de Sá é um personagem *flâneur* de viva memória, criado por Lima para contrapor o Rio imperial ao Rio republicano. Ele se faz acompanhar em seus passeios por Augusto Machado, o narrador do romance. Bacharel em Letras,

³⁹ Idem, ibidem, p. 96-97.

de formação europeia, leitor assíduo de jornais, o personagem conhece como ninguém a topografia do Rio, aspectos da ocupação da cidade, a arquitetura dos velhos casarões coloniais, os casebres do Castelo e muito mais. Segundo o narrador, Gonzaga era um “historiador artista” que fazia “história oral”.⁴⁰ Tão historiador e tão artista-memorialista que diz estar saturado da “melancolia tangível, que é o sentimento primordial da minha cidade. Vivo nela e ela vive em mim!”.⁴¹ Ou seja, Gonzaga e a cidade constituem cartografias de uma mesma e única vida.

Envolvido na criação desse personagem, Lima deixará anotações que foram incluídas no *Diário íntimo*, no ano de 1906, quando começara a trabalhar o romance. Há uma anotação curiosa em que sobressai a veia irônica do autor. É um trecho bem longo, um exercício de escrita de Gonzaga de Sá que não foi incluído no texto final do romance. Nele, Gonzaga diz não gostar da Avenida Beira-Mar, parte das obras de Pereira Passos. Questionado por Augusto Machado se “maldiz os melhoramentos”, responde negativamente e acrescenta ter inclusive delineado um projeto de novas reformas. Em seguida, entrega a Machado alguns papéis, em que se encontram os novos planos, de sua autoria, para os melhoramentos do Rio. São ideias absurdas, como a “supressão do Corcovado” e a proposta de que em seu lugar fosse erguida “uma torre semelhante à Eiffel, em Paris”, pois assim ficaria o Rio “muito parecido com a capital da França”. Mas o deboche maior virá com a solução para termos, como as grandes metrópoles, um rio respeitável que corte a cidade:

Poder-se-ia transformar o Maracanã em rio considerável. Com canalizações suplementares às nascentes, o aumento do seu

⁴⁰ Idem. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. In: BARBOSA, Francisco de Assis et al (org.). *Obras de Lima Barreto*, São Paulo: Brasiliense, 1961e, v. I, p. 64.

⁴¹ Idem, ibidem, p. 40.

volume d'água poderia ser obtido; mas seria falsificar. O melhor é um rio autêntico e bem catalogado nas geografias. Nenhum mais adequado do que o Paraíba, para preencher um fim tão civilizador.⁴²

As ideias de Gonzaga nada mais são do que paródias para revelar o ridículo de querer dar ao Rio de Janeiro uma fisionomia espelhada em Paris.

Afonso Henriques entendeu a relevância do flanar para a composição da paisagem urbana e as consequências desse novo comportamento no desenvolvimento dos espaços.

O *flâneur* entra na multidão de forma crítica e, assim, determina seu próprio estado de flanância. A flanância, mesmo que de forma indireta e não explícita, traz nela aquilo que já chamamos de crítica moderna da própria modernidade, e, sobretudo, uma crítica ao urbanismo, à transformação autoritária das cidades e à expulsão de seus habitantes, à segregação social, à divisão de trabalho, à imposição de uma uniformização de costumes, de vias para circulação bem orientadas e cada vez mais sinalizadas, de uma velocidade cada vez mais acelerada, e, em particular, ao empobrecimento, pela recente mecanização da relação do corpo com a cidade.⁴³

O Rio de Janeiro é vivenciado e representado pelo jovem escritor como um espaço de intensas transformações, principalmente na zona central, onde “se estabelece [uma] espécie de fronteira simbólica entre a região sul e norte [...] entre o subúrbio e os bairros bem aquinhoados”.⁴⁴ Os aspectos da cidade que desapareciam, enquanto outros surgiam nas

⁴² Idem, op. cit., 1961a, p. 118-119.

⁴³ JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 45.

⁴⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução. In: BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011, p. 40.

plantas de engenheiros, arquitetos e sanitaristas, eram registrados em notas pessoais. Entre a cidade projetada com vistas à idealidade do planejamento burguês e a vivência do escritor, no trajeto entre o subúrbio e o centro e do centro à zona sul, abria-se o interstício interpretativo em que despontavam as críticas, ora embaladas pelo afeto, ora pela ironia, ou pela sátira mordaz. É o Lima Barreto *flâneur*, andarilho, observador sagaz e narrador das reformas da cidade que encontramos neste fragmento do *Diário íntimo*, de 27 de janeiro de 1905:

Ontem, ao sair da secretaria, passei pela Rua do Ouvidor [...] tomei um bonde e fui à Prainha. A rua está outra, não a conheci bem. Se os prédios fossem mais altos, eu me acreditaria em outra cidade. Estive na esquina dela com a avenida, a famosa avenida das indenizações, subi-a a pé, tomei pelo que resta de beco da Rua da Prainha, agora em alargamento, e segui pela Rua Larga de São Joaquim, prolongada e alargada até o largo de Santa Rita. A rua quebra um pouco do primitivo alinhamento, mas mesmo assim ficará bela. Entretanto, como vêm já de boa administração essas modificações, acredito que o Rio, o meu tolerante Rio, bom e relaxado, belo e sujo, esquisito e harmônico, o meu Rio vai perder, se não lhe vier em troca um grande surto industrial e comercial; com ruas largas e sem ele, será uma aldeia pretensiosa de galante e distinta, como é o tal de São Paulo.

Tomei pela Rua Larga e fui à fábrica do Rink ver lá o João, o João Noronha Santos, engenheiro e subgerente lá [...]. Tomei o trem e fui pra casa.

A “retórica da sedução”⁴⁵ prevista pelos reformadores municipais e federais, por meio da arquitetura e do urbanismo, buscava criar um ambiente de encanto civilizatório pelo qual Afonso Henriques não se deixava completamente enganar. Ao afastar-se do lugar mais familiar e cotidiano, a Rua do Ouvidor, ele se depara com outra cidade e se deixa invadir por um

⁴⁵ AZEVEDO, op. cit., p. 299.

estranhamento inicial que vai se diluindo conforme caminha e experimenta, como se percorresse com um mapa, a nova cidade que, embora bela, tornava-se outra cidade. Apesar de reconhecer a beleza da reforma da Rua Larga de São Joaquim, enumera as qualidades paradoxais do seu Rio – “o meu tolerante Rio, bom e relaxado, belo e sujo, esquisito e harmônico” – para lançar um olhar distanciado ao Rio cartão-postal, vitrine do progresso, dos administradores e urbanistas e questionar de que servirão as ruas largas se não houver um crescimento industrial e comercial.

A flanância pela cidade termina e Lima atravessa de trem a fronteira que o leva de volta ao subúrbio. Os trens e os bondes participaram efetivamente do processo de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, ainda que de forma diferenciada. Os trens serviram a pontos da cidade mais distantes do centro, onde passaram a residir os que foram alijados da área central e, portanto, sem condições financeiras de habitar os locais mais próximos daquela. Os bondes, por sua vez, viabilizaram o deslocamento dos mais ricos para novos pontos de ocupação na cidade, como a zona sul. Morador de Todos os Santos, Lima se deslocava cotidianamente de trem até o centro, onde trabalhava; no entanto, como declara em uma anotação de 1905, essa viagem não lhe é agradável, pois o trem mostra-se “banal como sempre, idiota e mascavado”.⁴⁶ Assim como o açúcar mascavo, os usuários do trem não eram “refinados”, e isso o desagradava. O tempo de viagem era dedicado a observar certas figuras, que eram transpostas para as páginas do diário com requintes de detalhes descritivos próprios de um literato:

Hoje, no trem, vim com o Apocalipse. É um sujeito magro, esgrouviado, sempre com a barba por fazer. As calças sujas e curtas dão o talhe exato de suas pernas, que são finas, parecendo somente de ossos. O curioso é que o Apocalipse, de fisionomia

⁴⁶ BARRETO, op. cit., 1961a, p. 97.

de símio velho domesticado, bondoso, etc. etc. tem três filhos: um está na Escola do Realengo; outro no ginásio, e o outro, no mosteiro de São Bento.

Praticante da Secretaria da Polícia, vivendo de um ordenado exíguo e fornecendo a seus filhos essa educação exagerada, ele criará ou aduladores vis, ou desgraçados descontentes. Entretanto, ele me dizia isso com grande satisfação: “Três filhos doutores! Que honra, que nobreza!”

O dia continuou morno, sem atrativo nem novidade. A secretaria, em geral tão pitoresca para despertar reflexões, esteve de uma pobreza franciscana. O ministro esteve ausente. Tenho reparado que, o ministro presente, vive o edifício. Não sei donde lhe vem isso, mas é verdade que verifico. [...]

Oh! Que dia! Infame, não vale dois caracóis! ⁴⁷

Nem o trem, nem a secretaria oferecem novidades, e a escrita da nota é o recurso para preencher o dia infame, sem atrativos. O trem e a secretaria funcionam como espaços pitorescos e transitórios para “despertar reflexões”. A anotação também revela a aptidão de Afonso para transformar a observação corriqueira em linguagem literária, nas comparações inusitadas para descrever o negro Apocalipse: pernas finas “parecendo somente de ossos” e “fisionomia de símio velho domesticado, bondoso”.

A nota é ainda marcada pela crítica ao *status* de doutor, a qual será uma constante na obra de Lima Barreto. Para ele, o ensino superior é o caminho para usufruir de privilégios auferidos com o título, que dava ao seu portador, numa sociedade predominantemente de analfabetos, a possibilidade de ascensão social, profissional e até política. O próprio Lima frequentou a Escola Politécnica durante algum tempo, para satisfazer o desejo do pai em ter um filho engenheiro. Ao abandonar o curso, já tinha desejo de ser escritor e, a partir de

⁴⁷ Idem, ibidem, p. 53.

então, demonstrava um certo desprezo e certa irritação com a reverência, o “ingênuo respeito com que o povo tolo cerca o doutor”.⁴⁸ Título que abria portas no reduzido mercado de trabalho republicano e favorecia os apadrinhamentos políticos: “numa sociedade já marcada por profundas diferenças sociais, por hierarquias excludentes, incomodava-o verificar que mais uma forma de exclusão ia pouco a pouco se sedimentando através dessa ‘superstição do doutor’”.⁴⁹

O trem e o bonde passam a ser frequentados também por mulheres e tornam-se espaços em que “as políticas do ver e do ser visto sustentaram um poderoso *voyeurismo* masculino”.⁵⁰ Essa nova aproximação física e visual com a mulher, seja na rua ou no transporte público, transforma-a em objeto desejado na arena pública da modernidade carioca. A anotação de 5 de janeiro de 1905 evoca um momento de devaneio de Afonso Henriques diante da menina que viajava no trem e parece ter capturado, durante o percurso do subúrbio ao centro, toda a sua atenção:

Hoje, no trem, vim com uma menina que me despertou a atenção. Ela não era bonita, antes feia e sardenta, porém, de corpo, apetitosa, era dessas que os franceses chamam de *fausses maigres*. Cheia de carnes, redondinha, ela despertava facilmente o furor báquico. Vinha no trem com pais e irmãos. Sentara em um banco afastado e, cobrindo-se de expressão dolorosa, repousava a cabeça sobre a mão, que, em começo, bonita, polpuda e abacial, acabava nas pontas de dedos feios, chatos. Mas o que me chamou a atenção foi um detalhe da *toilette*. Evidentemente

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 118.

⁴⁹ BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito*: história, literatura e política em Lima Barreto. Curitiba: Prismas, 2017, p. 179.

⁵⁰ OLIVEIRA, Claudia de. O cronista e a mulher carioca moderna. In: MOREYRA, Álvaro. *A cidade mulher*. Organização de Claudia Mesquita, Claudia de Oliveira, Joëlle Rouchou. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2016, p. 226.

menina pobre – mesmo as mãos denunciavam, naquelas pontas de dedos feios, os estragos do trabalho manual – pobre, pois, não tendo talvez um vestido decotado e querendo sair com um assim, dobrara a gola do casaco afogado para dentro na altura das espáduas. A coisa foi boa, porquanto as suas espáduas eram das melhores.⁵¹

A imobilidade física do observador, passageiro do trem, possibilita-lhe a mobilidade do olhar e a ampliação das suas possibilidades perceptivas. A *flânerie* se desloca para o olhar passeador dentro do trem. As condições perceptivas do mundo moderno se alteram e acarretam transformações nas relações humanas. Diante da menina feia e pobre, que irá prender sua atenção durante o tempo da viagem, Afonso Henriques, imóvel no assento do trem, operará um exame minucioso da moça. O olhar cancela todo o entorno para fixar-se no objeto de seu interesse, a menina, cuja imagem será recriada na anotação pessoal. A anotação rememora e descreve a imagem da moça, à qual se acrescentam detalhes que revelam o olhar cobiçoso do narrador, envolvido por um imaginário em que se conjugam aspectos literários e sociológicos.

Ainda que os atributos físicos da moça fossem notáveis e atraentes, Lima não deixa passar despercebido que as mãos dela traziam as marcas dos estragos provocados pelo trabalho manual. O tipo feminino do trem, portanto, não corresponde às “encantadoras”, nem às “vaporosas” da Rua do Ouvidor e muito menos à melindrosa desenhada por J. Carlos. É uma menina pobre, feia e sardenta, mas “apetitosa” de corpo, cuja forma “redondinha” despertava o “furor báquico”. O olhar transgressor é barrado em sequência pela presença do pai e irmãos da moça e pela descrição feminina, que passa a corresponder a um tipo intocável, pois “sentara em um banco afastado”, assumira “expressão dolorosa” e tinha mão

⁵¹ BARRETO, op. cit., 1961a, p. 78.

“polpuda e abacial”. O uso do adjetivo “abacial” que é relativo à abadessa ou abadia, e a “expressão dolorosa”, própria das imagens de santas, paralisa o “furor báquico”. A atenção é desviada do corpo da moça para um “detalhe da *toilette*”. Detalhe revelador da apropriação de padrões de comportamento imitativos dos modos de vestir da mulher carioca moderna e cosmopolita pela moça pobre do subúrbio: “a rua se tornara cada vez mais atraente, sobretudo para os jovens que aderiam mais rapidamente aos modos de vida cosmopolita, e instantaneamente aprenderam seus signos e usufruíram da nova linguagem”.⁵² O vestuário identificava a classe burguesa e era símbolo de seu *status* pessoal.

O acesso à moda deixou de ser um privilégio de poucos e passou a ser difundido junto à classe em ascensão [...]. Com maior mobilidade e abrangência, a moda passava a atingir um maior número de pessoas, da pequena e média burguesia europeia até as elites abastadas do Rio de Janeiro, que tinham acesso às novidades estrangeiras. Essa espécie de democratização da moda, contudo, não significou uma uniformidade ou igualdade na aquisição e utilização dessas prerrogativas, mantendo-se as diferenças que marcavam abismos em função do domínio do dinheiro, do poder, da aparência, do prestígio e do estilo de vida. A moda passou a ser consumida por um maior contingente populacional, mas ainda estava inserida no universo dos privilegiados.⁵³

Fora do “universo dos privilegiados”, resta à moça do subúrbio desafiar as convenções e dobrar a gola do casaco para inventar um decote e expor os ombros, que se tornam motivo de deleite do observador. O recato exigido da mulher vai sendo

⁵² SANTUCCI, Jane. *Babélica urbe*: o Rio nas crônicas dos anos 20. Rio de Janeiro: Rio Books, 2015, p. 91-92.

⁵³ GORBERG, Marissa. *Parc Royal*: um magazine na *Belle Époque* carioca. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2013, p. 18-19.

modificado, e surgem novas possibilidades de identidade feminina no espaço público, onde a exibição do corpo lhes autentica a potência da sedução nas relações entre os gêneros.

As transformações observadas são devidamente arquivadas em notas pessoais, que guardam a experiência do confronto com alteridade e descontam a abertura do imaginário a sonhos e desejos para a construção de uma subjetividade que procura seu lugar social e criativo na cidade que se civiliza à custa da exclusão de camadas subalternas, constituídas em sua maioria pelos negros, ex-escravizados, e seus descendentes. Em uma anotação de 1º de janeiro de 1905, encontramos o jovem Afonso decidido a sair de casa e “dar uma volta”, o que lhe rendeu uma longa anotação, da qual destaco alguns trechos:

Resvolvi dar uma volta. Demorando-se o trem na estação do Todos os Santos, fui tomá-lo na de Engenho de Dentro. O trem, banal como sempre: idiota e mascavado. [...] Ao chegar no largo da Carioca [...] muni-me de uma ida e volta para o Leme e no elétrico voei linhas afora até o meu destino. A viagem até o Largo do Machado foi banal e corriqueira. No banco em frente a mim iam dois burgueses, desses respeitáveis, passados dos cinquenta e ainda em santa paz conjugal. [...] Na Rua Marquês de Abrantes, embarcam a Odete C. P. e outras. Nada de notável, a não ser a vulgaridade. [...] No bonde, na altura da Rua Voluntários, tomaram-no dois rapazes e uma rapariga. A rapariga sentou-se ao meu lado. Como era de meu dever, comecei a observar-lhe discretamente. Ela não se aborreceu e observou-me. [...] E assim fomos até o Leme. Era uma espécie de galanteio que eu tinha inventado e que agradara a italiana (falava um patoá italiota com os rapazes). [...] Pleno Leme. [...] A praia se estende graduada, harmônica, desde o monte do Leme até à Igrejinha. [...] A gente que há é a vulgar dos piqueniques. Gente simplória que, enclausurada em casa uma semana, um mês, um ano, quem sabe, resfolegava naquele dia ao ar livre. Havia um deputado e família, o que não diminui nem altera a

minha observação. [...] Fui ao bastião do Leme. Na concavidade que há ali, fizeram um bastião poligonal a terminar nas duas asas de curva.

Um velho canhão de ferro com as quinas repousa indolentemente num dos ângulos: é como um funcionário aposentado. [...] Na volta, o Teixeira Mendes veio. Benzi-me. Saía do São João Batista. Adiante conversava com umas senhoras elegantemente vestidas. [...] Na Praia de Botafogo, a senhora mais velha, olhando as obras, disse:

— Vamos ter um Rio de Janeiro bonito!

— Parece... A questão é que as cabeças não andam direito, disse o apóstolo.

O apóstolo fala como se falou há vinte mil anos. Nada novo. Cediço. Puh!⁵⁴

A anotação apresenta diferentes estratos sociais nas viagens de trem e de bonde. O trem suburbano mostra-se banal, sem maiores atrativos para o diarista, por ser o seu transporte cotidiano para o local de trabalho. Mas a partir do centro, da estação de bonde da Carioca, a perspectiva muda. O bonde é mais veloz do que o trem e abrange uma variedade maior de tipos sociais, que vai dos burgueses às moças vulgares, à jovem italiana e seus acompanhantes e, na viagem de volta, até o apóstolo positivista Teixeira Mendes, representado com ironia pelo seu anacronismo de ideário e linguagem. Naquele feriado de Ano Novo, a praia do Leme é um espaço público de lazer e, assim como o bonde, agrupa tanto a “gente vulgar”, trabalhadores, quanto um deputado, acompanhados de suas famílias.

É no Leme que Lima se defronta com distâncias temporais que se acumulam naquele espaço aprazível: o “velho canhão de ferro”, artefato de combate para a defesa da cidade nos tempos da colonização e povoamento; e os piqueniques, que marcam

⁵⁴ BARRETO, op. cit., 1961a, p. 71-73.

uma área de sociabilidade caracterizada pelo lazer e pelo divertimento tão apreciados e incentivados, naqueles belos tempos de melhoramentos da rede de transportes, com a abertura de novos caminhos para ampliar a circulação na cidade, de modo que cariocas e imigrantes ou turistas, como a italiana do bonde, pudessem apreciar e aproveitar “um Rio de Janeiro bonito!”. Os passeios de Afonso Henriques ao Leme renderam breves e curiosas anotações, recolhidas no diário sob a rubrica “Reflexões no Leme”:

Divertimento que, tirado dos colégios, foi fazer, no Leme, as delícias dos marmanjos – o balanço.

Há aqui alguns ingleses, com máquinas fotográficas, pavorosos; [...] porque todos os ingleses não ficam na Inglaterra?

Quando se quer divertir, deve-se andar só. Os imbecis mesmo perturbam.

Se toda a humanidade desse passeios ao Leme, teria mais felicidade.

A felicidade depende mais das nossas cogitações interiores do que mesmo das circunstâncias exteriores que nos envolvem.

As nuvens ao correr, esgarçam-se nas pontas das montanhas, ao jeito de fumaça nas locomotivas.⁵⁵

Esses fragmentos conjugam diferentes aspectos do Rio à beira-mar, que se embeleza e amplia as formas de divertimentos com o balanço, antes dedicado às crianças e agora acessível também aos adultos. O turismo estrangeiro ganha fôlego. Os ingleses sentiam-se atraídos pela cidade, e a técnica fotográfica, cada vez mais difundida, permitia aos visitantes captar e divulgar imagens da cidade, ainda que o jovem Lima não visse essa novidade com bons olhos. A contrário do olhar dos ingleses, puramente turístico e contemplativo, o seu é um olhar flutuante, que desliza de

⁵⁵ Idem, ibidem, p. 80-81.

“circunstâncias exteriores” para “cogitações interiores”. É a reflexão sobre o que é visto que importa. Seu prazer é observar e anotar sobre a paisagem e os tipos que passeiam pelo Leme.

A região do Leme já era procurada no período do Império por famílias que faziam piqueniques e passeios. Por ficar em uma área de difícil acesso, até o final do século XIX somente existiam na localidade o Forte Reduto do Leme, algumas chácaras e sítios, e a pequena Igreja de Nossa Senhora de Copacabana. A urbanização da área e a inauguração do Túnel Novo levou a linha de bondes da Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico ao bairro, que continuou a atrair visitantes da própria cidade e do estrangeiro.

Entre eles, circula o olhar do *flâneur* Afonso Henriques, cujas reflexões se exprimem por metáforas que aproximam a natureza e a técnica – “as nuvens ao correr” lembram “fumaças nas locomotivas”. As notas surgem como registros instantâneos, tentativas de captar o transitório. Diante de uma percepção fragmentária do tempo e do espaço, o olhar não se fixa, e o relato surge como flashes fotográficos ou fitas de cinematógrafo, com cortes e sequências curtas. A justaposição de elementos díspares explora a tensão no modo de representar o tempo e dele ter consciência como movimento acelerado, próprio das máquinas, como na seguinte anotação:

Hoje, 8, domingo. Pleno Leme. Cediço. Nada novo. Não há moças bonitas. Só velhas e anafadas burguesas. Turcos mascates e suas mulheres também. O João, um imbecil do meu gasto pessoal [...] foi comigo. Fomos ao fortim. Canhão do século passado. Ruínas portuguesas. Esforço dos lusos. Povoamento do Brasil. Pedro Álvares Cabral. Bandeirantes. Jacobinos idiotas, burros, ingratos. Ipanema tal qual o Méier. Duas vezes, pelo caminho, encontrei o Serrado a cavalo. Chapéu de cortiça inglês. De branco. Pela rua, fazia o que ele tem feito sempre na vida, galopar e saltar todos e quaisquer obstáculos, fossem quais fossem. Homem águia. Volta sorna. Pavorosa vontade de urinar.

Passeio com o João pela avenida a construir. Cais do beira mar. Travessa do Maia.⁵⁶

Em 1905, o Lima *flâneur* anota mais um passeio dominical ao Leme, mas se mostra irritado com a estagnação do ambiente e a falta de beleza feminina a ser observada e admirada. Continua a caminhada até Ipanema e conclui que essa faixa litorânea se assemelha ao subúrbio do Méier, onde não há novidades. Com frases curtas e nominais, retoma em movimento acelerado aproximadamente quatrocentos anos da história do Brasil. As “ruínas portuguesas” do Forte do Leme contrastam com a “avenida a construir”, numa referência à Avenida Beira Mar, cujas obras começaram em 1903 e, em 1906, foi inaugurado o trecho da avenida do centro a Botafogo. Se, no passado, os bandeirantes promoveram o povoamento do interior do país, hoje, o burguês, novo colonizador da cidade, estende seus domínios pela orla do Rio, povoando os areais de Copacabana, Ipanema até chegar ao Leblon.

Serrado, o “homem águia”, é a metonímia do burguês capitalista, de acordo com a descrição feita por Lima: porte elegante, olha o mundo do alto de seu cavalo, numa atitude clara de vencedor, sem para isso se importar com os meios a serem utilizados para ganhar dinheiro, preparado para “saltar todos e quaisquer obstáculos”. Serrado é homem, mas é águia. Símbolo do poder capitalista americano, a águia personifica a “fé de que tudo se pode obter com dinheiro [...]. Não há consideração de tempo, de moral, de nada – é com dinheiro!”, dirá o Lima da maturidade, em uma crônica de 1919, em que considera o indivíduo americano “a mais alta expressão do espírito burguês, vencedor na humanidade, com a Revolução Francesa: ‘*Make money, honestly if you can; but make money’*...”.⁵⁷

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 80.

⁵⁷ BARRETO, Lima. *Bagatelas: artigos*. In: BARBOSA, Francisco de Assis et al (org.). *Obras de Lima Barreto*. São Paulo: Brasiliense, 1961f, v. IX, p. 189.

O espírito burguês traz progresso para a cidade, mas nem todos os habitantes usufruem desses benefícios. A mendicância continua a fazer parte do cotidiano dos cariocas, mesmo que tenha sido proibida por decreto do prefeito. A cena da miséria também se inscreve no diário, nesse mesmo ano de 1905: “Campo de Sant’Ana. Uma mulher me veio ao banco em que eu estava sentado, trazendo uma criança no colo e pediu-me algum dinheiro. Dei-lhe trezentos réis. Rico Brasil! Não há miséria. Disse-me ela que a criança não tinha mãe, mas eu creio que quem lhe faltava era o pai”.⁵⁸

A experiência corporal da cidade, as viagens de trem e de bonde, as observações sobre os diferentes tipos de passageiros, o passeio pela avenida a construir, o contato com a multidão não deixam de ser um movimento de resistência à perda da identidade colonial da cidade. A irritação do jovem Afonso é um protesto íntimo contra as bruscas mudanças da paisagem, homogeneização de costumes e práticas sociais. A ironia coloca a nu a contradição de um país que propala riqueza, mas onde a miséria persiste. Entre a imagem de cartão-postal pleiteada pelas elites republicanas e as contradições vivenciadas pela população negra, que constituiriam uma nódoa nessa imagem; entre os descompassos socioeconômicos e as ruínas escamoteadas ou embelezadas pelo poder público, infiltrar-se-ia a vigorosa e nada ufanista reflexão do jovem Afonso Henriques. Reflexões minuciosamente guardadas nas páginas do seu diário, que “cobre o imaginário de liberdade absoluta, cobiça qualquer tema, da insignificância cotidiana à iluminação filosófica, da reflexão sentimental à paixão desatada”.⁵⁹

É nas páginas do diário que Lima fará as primeiras anotações sobre o racismo e o preconceito racial que sentiu na

⁵⁸ Idem, op. cit., 1961a, p. 104.

⁵⁹ ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 143.

própria pele, ao ser tratado por três vezes como contínuo por um soldado, no Ministério da Guerra, onde trabalhava. A partir dessa situação, anotou no diário a seguinte reflexão: “o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato, ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo”.⁶⁰ Aos negros, portanto, correspondiam trabalhos subalternos e de pouca visibilidade social.

Lima Barreto demonstra extrema preocupação com a disseminação pelo mundo de ideias, de cunho supostamente científico, que procuravam provar a inferioridade racial dos negros e a superioridade dos brancos. Tais teorias também desaprovavam a miscigenação, por ser essa mistura fator de degeneração racial e moral. Essas ideias tiveram origem na Alemanha e chegaram ao Brasil a partir de 1870, ganhando destaque e seguidores a partir de 1890. O pensamento de Lima sobre o tema é consignado no diário e voltará a ocupar sua pena com veemência em diversas crônicas futuras, quando já havia alcançado o reconhecimento de autor com romances publicados. No diário, há o registro:

Tudo isto [superioridade e inferioridade racial] se diz em nome da ciência e a coberto da autoridade de sábios alemães. [...] E assim a coisa vai se espalhando, graças à fraqueza da crítica das pessoas interessadas, e mais do que à fraqueza, à covardia intelectual de que estamos apossados em face dos grandes nomes da Europa. Urge ver o perigo dessas ideias, para nossa felicidade individual e para nossa dignidade superior de homens. Atualmente, ainda não saíram dos gabinetes e laboratórios, mas, amanhã, espalhar-se-ão, ficarão à mão dos políticos, cairão sobre as rudes cabeças da massa, e talvez tenhamos que sofrer matanças, afastamentos humilhantes, e os nossos liberalíssimos tempos verão uns novos judeus. [...]

⁶⁰ BARRETO, op. cit., 1961a, p. 52.

É satisfação para minh'alma poder oferecer contestação, atirar sarcasmos à soberbia de tais sentenças, que me fazem sofrer desde os quatorze anos.⁶¹

O percuciente e premonitório comentário na anotação íntima de Lima, em 1905, revela o quanto o racismo era uma ferida histórica para a qual ele não vislumbrava solução diante da “covardia intelectual” dos políticos e/ou intelectuais brasileiros “em face dos grandes nomes da Europa”. Da Europa nos chegavam os empréstimos para as obras de reforma da cidade, as técnicas engenhosas da engenharia e os modelos artísticos da arquitetura que tornariam a cidade mais bela e higiênica. Entravam pelo Porto do Rio os produtos europeus a serem consumidos no mercador interno e as ideias de sábios da Europa, ratificadas pela ciência, que “cairão sobre as rudes cabeças da massa”, sem que vozes de políticos, médicos, juristas, escritores e demais pensadores se erguessem com argumentos que as refutassem. Esse papel seria desempenhado por Lima nos romances, contos e crônicas da fase madura de sua produção como escritor e jornalista.

⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 110-112.

Mafuás, Feiras Livres, Anais de Pedra, Candomblés e Cortejos Fúnebres da Cidade que se Civiliza

É evidente que, se nove décimos da nossa existência transcorrem na cidade, a cidade é a fonte de nove décimos das imagens sedimentadas em diversos níveis da nossa memória. Essas imagens podem ser visuais ou auditivas e, como todas as imagens, podem ser mnemônicas, perceptivas, eidéticas. Cada um de nós, em seus itinerários urbanos diários, deixa trabalhar a memória e a imaginação.

*(Giulio C. Argan, *História da arte como história da cidade*)*

O projeto de modernização da capital da República calcado na dinâmica de demolição e de novas construções resulta em uma tentativa de apagamento de aspectos da memória da cidade colonial e do esgarçamento de vivências e relações afetivas de antigos moradores, guardiões de usos e costumes da tradição. No entanto, a fúria demolidora da burguesia, iniciada em 1903, e os novos repertórios visuais da metrópole carioca devido ao projeto dos Melhoramentos republicanos não intimidaram o jovem observador Afonso Henriques de Lima Barreto, de 22 anos. Atento à evolução da sociedade carioca do tempo, por meio da leitura de cronistas consagrados, de historiadores e autores de literatura, além de sua própria experiência como habitante da cidade, Lima Barreto conhece bem a formação social da capital do país e compõe suas críticas considerando, desde muito jovem, a interação estabelecida entre os processos econômicos, sociais e políticos que se desenrolam na cidade. Segundo Milton Santos,⁶² as formações

⁶² SANTOS, Milton, apud ABREU, Mauricio de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2013, p. 16.

sociais escrevem a história no espaço, e este não é independente da estrutura social.

A vida de Lima Barreto pode ser dividida em dois períodos de estreita convivência com a cidade. A infância e o início da juventude transcorrem nas décadas finais do século XIX e início do século XX, e uma segunda parte, que podemos considerar de plena maturidade, na segunda década do século XX até sua morte. Dois períodos de intensas transformações históricas da capital, em que relações de produção arcaicas, de base escravista, conviviam com novos elementos capitalistas internacionais que aqui eram introduzidos e, boa parte deles, aplicados no setor de serviços públicos (transportes, esgoto, gás etc.), com licenças obtidas do Estado. Pouco a pouco, portanto, “a cidade passa a ser movida por duas lógicas distintas (escravista e capitalista) e os conflitos gerados por esse movimento irão se refletir claramente no seu espaço urbano”.⁶³

A literatura e a cidade são o foco de interesse de Lima tanto na juventude quanto na maturidade, ainda que suas perspectivas de abordagem e sensibilidade diante dos eventos se modifiquem ou ganhem densidade diferente. As experiências de vida determinam essas mudanças, tais como projetos irrealizados, sérios problemas de saúde, internações, falta de dinheiro, aposentadoria por invalidez, entre outros. Tudo isso enquadrado em um contexto político sem alterações significativas para o bem-estar social e econômico dos cidadãos. O escritor vai aprofundando seu olhar crítico e, particularmente depois da aposentadoria, em 1918, quando se desliga do serviço público, não mais se privará de escrever e publicar crônicas que apontem os descalabros do governo e de seus apoiadores e beneficiados. É o que ele mesmo declara em crônica do volume *Bagatelas*:

⁶³ ABREU, op. cit., p. 36.

Aposentado como estou, com relações muito tênuas com o Estado, sinto-me [...] livre e feliz, podendo falar sem rebuços sobre tudo o que julgar contrário aos interesses do país. Esperava muito estes dias [...] de independência [...] para poder dizer da minha pobreza a franca verdade aos poderosos e ricos.⁶⁴

Há uma anotação do diário, datada de 10 de fevereiro de 1908, em que o Lima jovem, cheio de planos e de autoestima, viaja até São Gonçalo para visitar um colega da Secretaria de Guerra. Ele embarca no Largo do Paço e vai até o município de Neves, onde tomará o trem para São Gonçalo. A localidade de Neves é descrita como uma área edificada de aspecto interiorano, sem maiores atrativos. Essa região foi bastante rica em plantações de cana-de-açúcar e outros produtos agrícolas no período imperial. O autor descreve com brevidade as casas simples, mas se detém na apresentação da população, destacando, na fisionomia dos indivíduos observados, sinais de um tempo passado de opressão e violência que pouco difere do presente:

Casas baixas [...] janelas quadradas; espessas escadas de tijolos e pedras, que dão acesso a portas baixas; fisionomias indolentes de homens pelas portas das vendas; mulheres: negras, brancas e mulatas – tristes, de longos olhares, em que há desejos de volúpias e sonhos de festas, de bailes fantásticos [...] capazes de as fazerem esquecer e quebrar a monotonia daquela vida pobre e triste que levam, tão parecida ainda com a senzala, em que o chicote disciplinador de outrora ficou transformado na dureza, na pressão, na dificuldade do pão nosso de cada dia.⁶⁵

O futuro de progresso prometido pela República não chegou para todos. O passado escravocrata ainda assombrava homens e mulheres cujos corpos tristes continuavam oprimidos e maltratados pela dureza do cotidiano que só lhes permitia

⁶⁴ BARRETO, op. cit., 1961f, p. 34.

⁶⁵ Idem, op. cit., 1961a, p. 131.

sobreviver. As casas tinham aspectos de prisões, ou melhor, de “senzalas”: eram “baixas”, de “janelas quadradas”. Os devaneios femininos ficam por conta da subjetividade do observador, pois talvez a essas mulheres nem fosse dada a possibilidade de sonhar com o que é oferecido por uma vida citadina civilizada. Neves era a inércia, a indolência, a fealdade e o atraso. Em Neves, havia tudo aquilo que as reformas republicanas queriam eliminar do país.

Para chegar ao destino final, Lima embarca no trem, e prossegue descrevendo a paisagem com suas construções e peculiaridades: “Em breve, deixamos toda a atmosfera urbana, para ver a rural. Há casas novas, os *chalets*, mas há também as velhas casas de colunas heterodoxas e varanda de parapeito, a lembrar a escravatura e o sistema da antiga *lavoura*”. A paisagem rural é imediatamente associada ao período da escravatura e o faz lembrar da sua vida e de seus avós escravizados: “lembrei-me de algumas frases ouvidas no meu âmbito familiar, que me davam vagas notícias das origens de minha avó materna, Geraldina. Era de São Gonçalo, de Cubandê, onde eram lavradores os Pereiras de Carvalho, de quem era ela cria”. Outros elementos daquele território trazem memórias do período colonial e do sistema econômico sustentado pela escravização de negros/as e permitem ao neto de dona Geraldina reflexões sobre o seu lugar de cidadão da República:

Eu vi também pelo caminho uma grande casa solarenga, em meio a um grande terreno, murado com um forte muro de pedra e cal. Estava em abandono, grandes panos do muro caídos e as aberturas fechadas com frágeis cercas de bambus. Eu me lembrei que a grande família de cuja escravatura saíra minha avó, tinha se extinguido, e que deles, diretamente, pelos laços de sangue e de adoção só restavam um punhado de mulatos, muitos, trinta ou mais, de várias condições, e eu era o que mais prometia e o que mais ambições tinha.

Ela fora mais caipora do que aquele muro sólido, porque extinguira-se, caíra de todo e não deixara da sua linha direta nenhum rastro.⁶⁶

Segundo o biógrafo⁶⁷ de Lima Barreto, a mãe do escritor, Amália Augusta, era fruto de encontros fortuitos entre Geraldina e o filho único do patriarca dos Pereira de Carvalho, o cirurgião-mor do Exército, tenente Manuel Feliciano, filho esse que morrera na Guerra do Paraguai. O cirurgião tinha irmãos, mas estes não tiveram filhos legítimos, o que explica a afirmativa de que “a grande família [...] tinha se extinguido”, só deixando “um punhado de mulatos” por “linha indireta”.

A ruína do solar e o abandono da grande propriedade dos Pereira de Carvalho torna-se metonímia da extinção da família colonial, da falência do Império e do regime econômico dependente da mão de obra dos escravizados. A esperança e o entusiasmo de Lima, naquele ano de 1908, estavam voltados para a descendência mestiça em que ele depositava a confiança de ver surgirem grandes talentos. Entre eles, o seu, por já haver publicado, em 1907, na revista *Floreal*, criada por ele e outros amigos das letras, a parte inicial do romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, publicado em livro em 1909 pela Livraria Clássica de Lisboa. A aposta de Lima numa tradição artística mestiça já se revelara em uma carta escrita, em 1904, para o sociólogo francês Célestin Bouglé, na qual apresenta ao intelectual europeu os geniais mulatos brasileiros.

Nas letras brasileiras, já florescentes, os mulatos ocuparam lugar de destaque. O maior poeta nacional, Gonçalves Dias, era mulato; o mais erudito dos nossos músicos, espécie de Palestrina, José Maurício, era mulato; os grandes nomes atuais da literatura

⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 132.

⁶⁷ BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1975, p. 9-11.

– Olavo Bilac, Machado de Assis e Coelho Neto – são mulatos. A corrente mulata já existe há século e meio, desde Caldas Barbosa (1740-1800) e Silva Alvarenga (1749-1814) até Olavo Bilac, Coelho Neto e Machado de Assis. Temos tido grandes jornalistas mulatos: José do Patrocínio (também romancista), Ferreira de Meneses e Ferreira Araújo, sábios, engenheiros, médicos, advogados, eruditos, juristas, etc.⁶⁸

A carta de 1904 e a anotação de cunho pessoal de 1908 não deixam dúvida sobre a determinação de Lima de fazer parte da bem-sucedida “corrente mulata”. Contrariando as teorias do racismo científico, Lima elabora uma pequena lista de autores negros de sucesso nas letras e na arte musical brasileira. O autor empenhava-se ao máximo para alcançar a glória literária, mas apesar do reconhecimento de muitos de seus pares, não aceitou abrir mão de sua independência de pensamento e de senso de justiça diante da política de favores e compadrios, e, por isso, incompatibilizou-se com boa parte da cena literária dos belos tempos.

Lima escolheu como primeiro romance a ser publicado o *Isaiás*, com o qual deliberadamente criará litígio com o quarto poder: a imprensa. Com esse primeiro livro, por meio do recurso da ficção, ridicularizou escritores já consagrados que atuavam como jornalistas do principal jornal da capital, o *Correio da Manhã*, como era o caso de Coelho Neto e João do Rio, e nem mesmo deixa de fora o empresário e diretor do *Correio*, Edmundo Bittencourt. A partir dessa estreia, o autor não mais terá acolhimento na grande imprensa e se dedicará a buscar espaço para suas crônicas e artigos na chamada pequena imprensa, inclusive na de feição anarquista. Não escreve para agradar os donos do poder. Pelo contrário, escreve para mostrar um outro lado da cidade, um outro lado da história do país, bem menos privilegiado e destituído de direitos que

⁶⁸ BARRETO, op. cit., 1961c, p. 158.

deveriam alcançar a todos. Os recursos mobilizados para criar seus textos jornalísticos e/ou literários concentravam-se em seu vasto repertório de leituras e em sua dilatada capacidade de observação, aliados a sua própria história de vida e a de sua família de ascendência africana.

A curiosidade intelectual de Lima foi estimulada pelos pais, que haviam recebido uma educação pouco comum para os negros da época. A mãe se formou professora e ensinava meninas em uma escola em Laranjeiras, onde passou a morar assim que se casou com João Henriques. O pai era tipógrafo e sabia francês. Lima estudou em bons colégios graças à ajuda do padrinho, visconde de Ouro Preto, até ingressar na Escola Politécnica de Engenharia. É cumprindo esse péríodo de formação ininterrupta que ele nos deixará como legado uma obra de arquitetura singular, pela engenhosidade com que cria personagens e aborda temas e problemas de seu tempo que continuam a ter ressonância no presente. Em especial nas crônicas, somos afetados por uma memória do Rio pouco provável de ser encontrada nos livros de história sobre a chamada *Belle Époque*. No olhar oblíquo e divergente de Lima se reflete uma cidade de mafuás, monumentos, conventos e diversões populares, que resiste à modernização, a qual considera cenográfica, imposta pelos governos republicanos.

Acompanhemos o narrador limiano na crônica “Feiras e mafuás”, constante do volume homônimo, publicado pela primeira vez em 1953, pela editora Mérito, e reeditado no volume X das *Obras de Lima Barreto*, pela Brasiliense, em 1961. As feiras livres⁶⁹ faziam parte da estratégia de melhoramentos da

⁶⁹ Em 13 de outubro de 1904, foi criada a primeira feira livre na cidade do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 99 do então prefeito Francisco Pereira Passos. Era um momento de reconstrução e recriação da cidade. Inicialmente, essas feiras livres aconteciam aos domingos e feriados, em caráter experimental, até 1916, quando passaram a ter funcionamento diário. Disponível em <<https://www.rio.rj.gov.br/web/seop>>. Acesso em 1º mar. 2025.

cidade, como uma forma de organizar o comércio varejista popular, instituindo regras de salubridade e livrando-o da presença das negras, vendedoras informais das chamadas quitandas (do quimbundo *kitanda*: mercado), pelas ruas do centro, que eram ocupadas de modo inconveniente, de acordo com o olhar dos reformadores da urbe. Desde o início do período republicano, as quitandas “constituem aglomerações de negras ao ar livre, acocoradas ou dispendo de tabuleiros, situadas em pontos preestabelecidos, para a venda de produtos da pequena lavoura, da pesca e da indústria doméstica”.⁷⁰ Também os velhos quiosques, onde eram vendidos flores, doces, queijos, charutos, cigarros, lanches rápidos, entre outros produtos, por terem se tornado pontos de concentração de trabalhadores pobres, foram alvo da fúria civilizadora de Pereira Passos e, em 1911, foram todos removidos das ruas do Rio.⁷¹

Para abordar aspectos de sociabilidade das feiras livres, Lima Barreto inicia sua crônica pela memória que lhe ficou do tempo da sua infância das barraquinhas do Campo de Sant’Ana. A renda arrecadada com essa festividade destinava-se a “acabar as obras da matriz de Sant’Ana, na antiga Rua das Flores”.⁷² O objetivo de Lima com esta crônica é traçar uma aproximação entre as barraquinhas, o mafuá e a feira livre para destacar uma linhagem comum entre essas aglomerações de moradores e os promotores dos eventos. Segundo o cronista, nelas há um “idêntico aspecto de festa popular, pretexto para passeios e namoros; e, tanto num, como na outra, vende-se de um tudo, como diz o povo”. Ou seja, interessa ao autor mostrar

⁷⁰ JESUS, Gilmar Mascarenhas. Modernidade urbana e flexibilidade tropical: as feiras livres na cidade do Rio de Janeiro (1904-1934). *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 29-42, 2016. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/21760>>. Acesso em 5 mar. 2025.

⁷¹ MOTA; PAMPLONA, op. cit., p. 231, 234.

⁷² BARRETO, Lima. *Feiras e mafuás: artigos e crônicas*. In: BARBOSA, Francisco de Assis et al (org.). *Obras de Lima Barreto*. São Paulo: Brasiliense, 1961g, p. 21.

que tanto o festejo eclesiástico quanto o empreendimento da superintendência da prefeitura visam auferir benefícios financeiros.

No espaço público da feira livre, o olhar de Lima não descansa e leva-o às cenas do passado das “antigas ‘barraquinhas’ do campo”. Cenas que fizeram parte da história da cidade imperial e de sua memória afetiva, baseada em uma história vivida nos festejos do Campo de Sant’Ana e também guardada na memória coletiva dos que viveram aquela época e são contemporâneos do cronista. As barraquinhas armadas no Campo de Sant’Ana por ocasião de festas religiosas populares eram rituais tradicionais da cidade. Essa feira popular, onde prendas eram obtidas em jogos de “roleta” e “pinguelin”, era tolerada pelos poderes públicos do tempo “porque os empresários pretextavam que a renda dela era destinada a acabar com as obras da matriz de Sant’Ana, na antiga Rua das Flores”. Mas, como diz Lima:

Veio a República, e logo as novas autoridades acabaram com aquela folgança do mês. A república chegou austera e ríspida. Ela vinha armada com a Política Positiva, de Comte, e com os seus complementos: um sabre e uma carabina. Esta, ela deixou no descanso; mas o espadagão, o sabre, ela pôs no seu escudo.
[...]

Não se pode dizer mal do positivismo. Ele trouxe vantagens [...] às nossas instituições políticas.

Quanto à cultura, o comtismo republicano, com todos os seus exageros dogmáticos, mostrou bem que toda aquela que não se baseava no estudo da ciência, tendo por princípio a matemática, era inane e não valia nada.⁷³

A austeridade de costumes e a rispidez de cunho positivista republicano acabou com as barraquinhas armadas

⁷³ Idem, ibidem, p. 22.

no Campo de Sant’Ana, acabou com a jogatina, com “rolos” e conflitos ocorridos durante a festa, e reformou o local, que passou a se chamar Praça da República, como parte da ordenação urbana em nome da civilização. No entanto, as barraquinhas, segundo o cronista, não desapareceram, apenas se deslocaram para os subúrbios:

Muito pouca gente, atualmente, se há de lembrar das antigas “barraquinhas” do campo. Eu mesmo já me havia esquecido delas, quando, há pouco, me vieram à lembrança, por causa de coisas congêneres, que, presentemente, há pelos subúrbios. Não sei se há mais; conheço, porém, duas: uma no Méier, em benefício das obras da igreja do Sagrado Coração de Maria; e outra no Engenho de Dentro, em benefício da construção da respectiva matriz.

O povo chama tais coisas de “mafuás”. [...] Funciona aos domingos e é a festa, o passeio domingueiro, por excelência, do povo dos subúrbios. Toda aquela humilde gente que lá se acantona da melhor maneira possível, fustigada pelo látigo da vida, durante toda a semana, encontra no domingo de “mafuá” um derivativo da alegria e consolação para as suas mágoas, necessidades e tormentos morais.

Nas tardes em que eles funcionam, os bondes mastodônticos da Light chegam nas proximidades deles, apinhados de passageiros de outros subúrbios, onde não os há; despejam uma multidão, que se vai colejar por entre as barracas, sob a luz firme dos focos elétricos, ao compasso de uma charanga rouca e estridente, a espaços, olhando avidamente para aqueles objetos tentadores das barracas piedosas, na sua primeira tentação.⁷⁴

O mafuá tornou-se a diversão pitoresca e domingueira dos moradores dos subúrbios, “de ambos os sexos e de todas as cores”. Se as barraquinhas do campo de Sant’Ana são “iluminadas por toscos e fumarentos lampiões de querosene”,

⁷⁴ Idem, ibidem, p. 23-24.

os mafuás do subúrbio funcionam “sob a luz firme dos focos elétricos”, graças ao progresso, que também chegou àquela região da cidade, diversificando e proporcionando diversão com mais conforto. As barracas do mafuá ofereciam prendas variadas, que iam de animais a perfumes. Estas últimas eram as mais desejadas pelo público feminino e “as que pagam mais caro arrendamento às irmandades respectivas”. Esta observação do cronista evidencia o quanto os produtos femininos dinamizam o consumismo próprio das sociedades capitalistas liberais, tendo alcançado inclusive as classes subalternas dos subúrbios.

A volta para casa, às dez horas da noite, quando se encerra o mafuá, é digna de nota, sendo narrada pelo cronista em tom humorístico pelo inusitado das intercorrências. Se o participante da feira dos padres, denominado jocosamente de “mafuense”, ganha de prenda um pato, um peru, um galo, uma galinha – ou até leitões – e tem de voltar para casa de bonde ou de trem, procura ocultar o bicho, disfarçar o produto, mas caso seja descoberto, a confusão se instala:

Nos bondes e nos trens, quase sempre, há questões com os condutores, quando estes descobrem um “mafuense”, carregando de contrabando um pato ou uma galinha. Há o que eles chamam de “lelé”: “Para o bonde! Salta! Não salta! Toca esta joça!”. Afinal, o contrabandista apeia, sobraçando o animal em penas, pois o jornal rompera-se e é difícil encontrar outro, naquelas últimas. Apesar de acabar cedo, tem acontecido muitas vezes que certos felizardos, aquinhoados com sortes de galinhas e perus, demoram-se pelo caminho; e, ao tomarem rumo de casa, em ruas escuras e desertas, são presos por uma patrulha excepcional, que os toma como ladrões de galinheiros familiares, e levam-nos para a delegacia.⁷⁵

⁷⁵ Idem, ibidem, p. 25.

O humor da cena se manifesta pela contradição entre a sorte de ganhar uma prenda e o azar de ser preso por causa de um mal-entendido. O divertimento do trabalhador, no seu domingo de lazer suburbano, transforma-se em sofrimento ao ser levado pela polícia para a delegacia por ser confundido com um “ladrão de galinheiros”. A ronda da patrulha visa a manutenção da ordem por meio da vigilância e do controle dos indivíduos que, até que provem o contrário, são todos suspeitos. Desde sua entrada no bonde, o “mafumense” é vigiado pelo condutor e obrigado a seguir as posturas de uso do transporte público, ainda que os demais passageiros criassem um “lelê” – confusão, desordem – pouco condizente com as regras de comportamento civilizado. Ou seja, o comportamento espontâneo do povo não seguia os modos de sociabilidade previstos e impostos pelas elites nacionais, portanto, o novo regime se sentia no direito de impor-se pela violência do sabre e da carabina.

A exposição do cronista sobre essa “suburbana folgança domingueira” dá-lhe elementos para chegar à tese de que “a ideia eclesiástica do ‘mafumá’ não deixou de ter a sua repercussão nas concepções sociais dos nossos atuais dirigentes” para a criação da “feira livre”⁷⁶ Segundo Lima, ambos “têm um constante ar de família [...] com o idêntico aspecto da festa popular, pretexto para passeios e discretos namoros; e, tanto num, como na outra, vende-se de um tudo, como diz o povo.”⁷⁷

Após a constatação do ritmo de festa dos dois tipos de feiras, o cronista vai focalizar os aspectos políticos e econômicos dos novos tempos republicanos que instituíram a feira livre. Apesar de admitir que “o princípio da feira livre é profundamente socialista”, Lima aprofundará seu olhar divergente e consciente sobre esse modelo de negócio e

⁷⁶ Idem, *ibidem*.

⁷⁷ Idem, *ibidem*.

mostrará que quem sai perdendo é o varejista, cujo estabelecimento comercial é “escorchado de impostos”, e não é o único intermediário que se pretende eliminar entre “o consumidor e o produtor”. Há outros intermediários que não são atingidos. Mas, no fim das contas, quem “quase não paga nada de emolumentos ao governo” é o feirante, que nem sempre é honesto com o consumidor, explorando-o livremente. A fim de provar que sua avaliação faz sentido, o autor passa a narrar sua experiência como cliente de uma feira livre na vizinhança do bairro suburbano onde mora. Dirige-se ao feirante da barraca de açúcar e com ele trava o seguinte diálogo:

Cheguei e fiz menção de comprar. Pedi um quilo. O homem passou-me um pacote. Perguntei então:

— O senhor não tem balança?

— Para quê? Isto aqui não é feira livre? É livre!

Concordei e, ao pagar o pacote, indaguei do industrial:

— De onde é este açúcar?

— Não sei... isto é: é de Pernambuco ou de Campos. Por quê?

— Pensei que fosse da sua usina, aqui, nos arredores.

Afastei-me, deixando o homem espantado, com o espanto de quem acaba de falar com um maluco.⁷⁸

As perguntas ao feirante colocam a nu a falta de controle do governo sobre as feiras livres, o que permite ao feirante, caso queira, enganar o cliente no peso e na origem do produto. Além disso, Lima considera estranho que, em um momento em que o açúcar é disputado no mercado interno, o feirante tenha o produto para vender livremente.

No volume do autor *Vida urbana*, há uma crônica em que ele se dirige ao ministro da Agricultura do governo de Venceslau Brás, José Rufino Bezerra Cavalcanti, pernambucano e usineiro de seu estado, tratando-o de Zé Rufino e acusando-o

⁷⁸ Idem, ibidem, p. 26-28.

de matar “a gente pobre de fome”, por conta da carestia dos alimentos. Dá como exemplo o preço do principal produto das usinas do Nordeste, que em grande parte é exportado: “o açúcar, produção nacional, a mais nacional que há, que é vendida aos estrangeiros por 6\$000 a arroba, é vendida aos retalhistas brasileiros por mais de 10\$000”.⁷⁹ Não faria sentido, em uma economia que funcionasse pelos padrões da lógica, que um produto nacional fosse vendido mais caro no mercado interno do que no externo. No entanto, o que vigorava eram os interesses financeiros dos contemporâneos senhores de engenho, aliados do Estado. A lógica era outra e, por isso, o cronista deixou o feirante da barraca de açúcar espantado ao fazer-lhe a pergunta, aparentemente sem sentido, carregada de ironia. A loucura encenada torna-se a possibilidade de despertar o bom-senso na economia republicana, em que os preços são despropositais.

Lima segue com suas observações sobre a feira livre ao deparar-se com “um mercador que oferecia uma singular mercadoria. Eram sapatinhos de criança, toalhas de crochê, toucas, rendas de bilros, etc.” E mais uma vez lança ao vendedor uma pergunta embaraçosa: “— É o senhor mesmo que faz essas lindas coisas de moça prendada?”. Ao que este responde indignado: “— Que pergunta! Não; é minha mulher!”. Mais uma vez, a pergunta se propõe a demonstrar que o vendedor era o intermediário entre a produtora e o comprador, justamente o que, de acordo com a proposta do governo, a feira livre buscava eliminar com o fito de baratear o preço final para o consumidor. Além disso, a feira livre destinava-se à venda de produtos alimentícios de primeira necessidade, e não a trabalhos manuais executados por moças prendadas.

⁷⁹ BARRETO, Lima. *Vida urbana: artigos e crônicas*. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Obras de Lima Barreto*. São Paulo: Brasiliense, 1961h, v. XI, p. 120.

A continuidade das observações de Lima Barreto sobre a feira suburbana confirma que estas “assumiram a condição de mais um dos espaços públicos festejados como triunfo da burguesia ascendente sobre a barbárie colonial”.⁸⁰ As pessoas que frequentavam a feira, em sua maioria moças e senhoras, apresentam-se bem-vestidas e chegam de bonde ou de automóvel. A feira recebia os moradores do subúrbio e atraía até mesmo outro tipo de público dos bairros da zona sul que, segundo Lima, iam até lá se divertir. Como o casal em que o cronista concentra sua atenção e passa a acompanhar. A moça era “uma guapa rapariga, morena, um tanto fanada, mas, assim mesmo, ainda bela com as suas viciosas olheiras roxas”; o rapaz que a acompanhava tinha “o colarinho imaculado e reluzente. Pelos dedos, pelo peito, anéis e brilhantes; a mulher também, tendo ainda por cima brincos, colares e braceletes”. Ambos se dirigem para a barraca do mercador de roupinhas de crochê e rendas de bilros, onde tem lugar, para espanto do cronista, o seguinte diálogo:

- Jaime, compra aqueles sapatinhos cor-de-rosa e aquela touca branca, com rendas.
- Para que, Benvinda? — perguntou ele, surpreendido.
- Para pôr na Zezé.
- Que Zezé? — expectorou o rapaz.
- Tolo! A boneca, a minha boneca, que está lá no quarto. Não a tens visto?
- Bem, — rematou o tal Jaime; e comprou as prendas domésticas.

O comentário final do cronista traça a diferença entre os interesses de consumo das moças do subúrbio e as da zona sul: “comprar toucas e sapatinhos para pôr em bonecas. Se fosse para bebês de carne e osso...”.⁸¹ Ao mesmo tempo, estabelece

⁸⁰ JESUS, op. cit., p. 38.

⁸¹ BARRETO, op. cit., 1961g, p. 27-28.

comportamentos diversos entre a “modesta burguesia suburbana” e a alta burguesia do Leme ou de Ipanema. Enquanto a primeira prepara as filhas para serem mães de família e consumirem o que tem utilidade; a segunda diverte-se e consome o que é supérfluo. O alto grau de disciplina e controle previsto pela Reforma Passos para o ordenamento do comércio de rua não inibe a manifestação das diferenças estruturais da sociedade. O conflito de diferentes forças sociais continua ativo em plena luz do dia nas ruas onde acontecem as feiras livres.

São muitas as crônicas em que Lima recorre à memória da cidade para defender a preservação de monumentos e tradições culturais arrasados ou desfigurados pela modernização levada a efeito pelo Estado. Ao contrário de outros cronistas, defensores apaixonados da modernização urbana em curso, como Olavo Bilac e Coelho Neto, Lima Barreto estava sempre atento às tensões e contradições que singularizavam a cultura política republicana, sem se descuidar do seu amplo conhecimento do processo histórico de formação da leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Observador sensível e participante do cotidiano de seu tempo e da sua cidade, o autor se insurgirá contra a venda do Convento da Ajuda a ingleses e americanos para em seu lugar construírem um hotel.

A crônica “O convento”,⁸² do volume *Bagatelas*, é um ataque ao “furor demolidor [...] dos [...] que querem um Rio-Paris barato ou mesmo Buenos Aires de tostão”.⁸³ A crônica inicia-se pela referência à notícia dos jornais sobre a venda do convento. Esses jornais divulgaram entusiasticamente a notícia, “com pompas de fotogravuras e alarde de sabenças históricas [...]. Vai-se o mostrengo, diziam eles: e ali, naquele canto, tão cheio de bonitos prédios, vão erguer um grande edifício, moderno, para hotel,

⁸² BARRETO, op. cit., 1961f, p. 83-87.

⁸³ Idem, ibidem, p. 86.

com dez andares”.⁸⁴ Para defender a importância dessa construção de meados do século XVIII, Lima utiliza-se de uma digressão histórica, em que discorre sobre a benemérita utilidade dos conventos para as mulheres. Sem direitos de discordar das decisões patriarcais, a reclusão das mulheres apresentava-se como a saída diante do autoritarismo vigente. Possivelmente sabedor do interesse do público por leituras da fase romântica, o autor apela para o sentimentalismo do leitor, ao transformar o convento em palco de dramas amorosos:

Certas vezes serviram de prisão doméstica, prisão às ordens desse juiz-algoz, o pai de família, sempre obediente aos vagos códigos de honra e da pureza da família, metendo as filhas e parentas nos conventos, quando implicava com o namorado que tinham, ou não o julgava de nobreza suficiente para a sua prosápia.

Em outras havia de ser voluntária a reclusão; [...] esse piedoso desejo vinha de uma decepção amorosa ou de uma forte crença na indigência de sua beleza. O amor de Deus vinha após o amor dos homens; e aquelas paredes que vão ruir sob os aplausos dos estetas e anticlericais, longe talvez de estarem impregnadas de sonhos místicos, estão, talvez, saturadas de decepções, de desilusões, de melancolias e desesperos, posso bem dizer, de revoltas bem humanas.⁸⁵

Os estetas urbanos não respeitam as paredes históricas e muito menos os sentimentos e as dores constituintes do humano vividas por aquelas freiras. Ou seja, é mais uma tradição da cidade que se bota abaixo sem piedade. A cidade não se constrói apenas de pedras, mas de sonhos, sejam eles concretizados ou não. Por isso, faz um apelo dramático pela manutenção do Convento da Ajuda:

Com as minhas ideias particulares posso passar sem o passado e sem a tradição; mas, os outros, aqueles que, diariamente, contam

⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 83.

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 84.

nos jornais histórias do açougue dos jesuítas, anedotas do príncipe Natureza* e outras coisas edificantes e épicas, como é que deixam desaparecer sem uma lágrima, debaixo do alvião bárbaro, aquele velho monumento, panteon de rainhas, de imperatrizes e princesas?⁸⁶

As histórias da cidade precisam ser lembradas e preservadas, e o convento é um repositório de acontecimentos e histórias de vidas como tantas outras que circulam nos jornais. A presença dos jesuítas no Rio de Janeiro até a expulsão da Companhia, em 1759, motivou a invenção de muitas narrativas fantasiosas que corriam de boca em boca, alimentando o imaginário da cidade. Assim como eram comuns alguns tipos populares, cuja presença exótica e constante marcou a memória das ruas. É o caso do Mal de Vinhas, de Dom Obá e do Príncipe Natureza. Este último, Miguel Manoel Pereira da Natureza, herdeiro de um trono no continente africano, foi trazido como escravizado para o Brasil, onde alcançou sua liberdade. Era um homem letrado em um meio onde poucos sabiam ler ou escrever. Empregado no quartel da Marinha, realizava conferências públicas em diversos teatros do Rio de Janeiro. Doava parte dos lucros de suas apresentações para uma sociedade abolicionista. Morreu em 1881 e virou lenda na cidade.⁸⁷

O Convento da Ajuda ficava na região onde é hoje a Cinelândia e foi o primeiro convento feminino construído no Rio de Janeiro. Beneditinos, franciscanos e carmelitas eram ordens religiosas exclusivamente de padres ou frades. O convento surgiu como uma casa anexa à Ermida da Ajuda, que lhe serviu de capela, onde se recolheram, em 1678, a viúva Dona Cecília

* Deve ter havido um erro de impressão ou de decifração pelo tipógrafo do nome do príncipe Natureza, que aparece na crônica de Lima como “Natruba”.

⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 84.

⁸⁷ GURGEL, Vitor. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/principe-natureza-e-as-artes-da-liberdade-no-rio-de-janeiro-do-século-xix/>>. Acesso em 1º mar. 2025.

Barbalho com três filhas e duas meninas nobres. A viúva doou seus bens para o começo da construção do monastério, que foi concluído em 1748. A inauguração se deu 1750, quando chegaram da Bahia quatro freiras da Ordem de Santa Clara, acompanhadas de cinquenta escravas. A Ordem permaneceu no convento até 1911, quando o prédio foi desapropriado e vendido, no processo de modernização da cidade.⁸⁸

Lima atribui à falta de beleza o motivo para a demolição do convento. A arquitetura do século XVIII não combinava, segundo o parecer dos estetas urbanos, com os novos “edifícios daquele funil elegante”. O dito “funil” localizava-se no final glamouroso da Avenida Central, onde foi erguido um significativo número de instituições culturais, como o Theatro Municipal, a Escola de Belas Artes e a Biblioteca Nacional, três ícones da cultura que permitiam ao centro da cidade ser sinônimo de civilização.

Se o Convento da Ajuda não é tão bonito como o Theatro Municipal, tanto um como outro não são belos. A beleza não se realizou em nenhum dos tais edifícios daquele funil elegante; e se deixo o Theatro Municipal, e olho o Clube Militar, a monstruosa Biblioteca, a Escola de Belas Artes, penso de mim para mim, que eles são bonitos de fato, mas um bonito de nosso tempo, como o convento o foi dos meados do nosso século XVIII.

Cada tempo histórico tem seu próprio padrão arquitetônico, que precisa permanecer como “marcos [...] da vida anterior” de uma cidade. São esses “anais de pedra que contam a [...] história” de um centro urbano, segundo Lima.⁸⁹ Portanto, despida de suas características coloniais, o Rio se tornaria uma cidade mutilada.

⁸⁸ COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, p. 194.

⁸⁹ BARRETO, op. cit., 1961f, p. 85.

Lima não se conformava com a demolição do convento também pelo fato de que em seu lugar seria erguido um hotel, um “hediondo edifício americano, enorme, pretensioso e pígio” e, portanto, “o embelezamento da cidade não será grande e a satisfação dos nossos olhos. Não há de ser de natureza altamente artística”. A fascinação pelo estilo de vida de Nova York tornara-se para os brasileiros motivo de opressão, segundo o autor. A imitação é resultado de “nossa ‘ianquismo’”, título de uma crônica sua de 1919, presente no volume *Bagatelas*, na qual o cronista adverte seus contemporâneos:

Por mera imitação daquela aglomeração humana, enchemos o Rio de Janeiro de descabelados sobradinhos insolentes, de cinco e seis andares, com uma base relativamente insignificante, verdadeiras torres, a esmagar os sobradinhos humildes dos tempos do Império, como os seus dois andares acanhados e decentes. Uma cidade como a nossa, semeada de colinas pitorescas, arborizadas ou não, que formam o seu verdadeiro encanto, se se seguirem tais construções, em breve ela perderá os seus horizontes originais e ficará como qualquer outra.⁹⁰

Lima Barreto condenava a construção de edifícios altos, não gostava dos *skiscrapers* de molde americano: “uma habitação, com centenas de metros de altura, com uma fachada imensa, de forma que não se pode abranger com um golpe de vista o conjunto e o movimento dos detalhes, não é só monstruoso, é besta e imbecil”.⁹¹ Prefere as “igrejas feias” e os “conventos hediondos” a um “Rio-Paris Barato ou mesmo Buenos Aires de tostão”. A indignação do autor, nesse caso, não é inspirada por um sentimento anticlerical, mas sim pela

⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 185.

⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 85.

necessidade de defesa do patrimônio histórico da cidade, pela manutenção dos “anais de pedra”:

Não há de ser diminuindo conventos com auxílio do alvião dos americanos que teremos a felicidade sobre a terra. Eles podem ficar, como coisas de museu – ao lado de canhões, obuses, de fichas de identificação policial, dos códigos forenses, de todo esse aparelho de coação inútil, quase sempre, e contraproducente, nas mais das vezes.⁹²

Se ícones da guerra e do estamento burocrático militar eram protegidos, por que o convento precisava ser demolido? É a questão que Lima deixa para os leitores da crônica. E é justamente um monumento bélico inaugurado em 1915, por ocasião do aniversário de fundação da cidade do Rio de Janeiro, que dará ao cronista a oportunidade de aprofundar algumas reflexões sobre a responsabilidade dos intelectuais de se manifestar sobre assuntos históricos, monumentos, tradições, usos e costumes da cidade. A crônica “E o tal Balázio?”, publicada originalmente no *Correio da Noite*, faz parte do volume XI, *Vida urbana*, de *Obras de Lima Barreto* que vimos citando, na edição de 1961, da Editora Brasiliense.

O “balázio” do título refere-se a um marco comemorativo da fundação da cidade, inaugurado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, próximo ao Pão de Açúcar. Segundo Lima, o monumento é uma coisa “estrambótica”, “uma coisa cerebrina de uma agulha de granito ponteada com uma bala de canhão moderno, simbolizando assim as lutas que se travaram na fundação da cidade”.⁹³ Para reforçar a esquisitice do monumento, o autor complementa com ironia: “se essa simbolização fosse necessária, creio eu que melhor seriam arcos, flechas, tacapes, mosquetes, arcabuzes, balas esféricas dos

⁹² Idem, *ibidem*, p. 86.

⁹³ Idem, *op. cit.*, 1961h, p. 78.

velhos canhões de retrocarga, que esse balázio cilindrômico que é quase de anteontem". Além de criticar o despropósito do monumento, Lima ataca o discurso feito pelo senhor Vieira Fazenda, político do Império, historiador e bibliotecário do IHGB. Não só o discurso, considerado "sisudo, muito adstrito aos fatos, sem associações de outros fatos próximos e remotos", é motivo de reprimenda, como também a própria forma de abordagem do fato histórico por Vieira Fazenda:

A fundação do Rio de Janeiro é, para ele, um simples pretexto de alvarás, cartas régias, foros e sesmarias. O Senhor Fazenda não vê nada além dos secos documentos oficiais; não vê as consequências econômicas, as sociais, os encadeamentos de grandes e pequenos acontecimentos, que o ato de Estácio de Sá deu causa, foi gerador, sem que estivessem no seu ou no pensamento dos companheiros dele.

Não nego, ao Senhor Fazenda, méritos de historiógrafo, de paciente pesquisador, de rebuscador de documentos, mas falta-lhe a adivinhação, de que falava Renan, a imaginação criadora necessária para recompor os acontecimentos históricos.⁹⁴

Como membro do IHGB, criado no Segundo Reinado, em 1838, o historiógrafo Vieira Fazenda celebrava os feitos heroicos dos vencedores de acordo com as narrativas dos grandes acontecimentos transpostas para os documentos oficiais. O Instituto era formado por membros da elite brasileira, literatos e intelectuais, que tinham por objetivo criar a História do Brasil destacando seus grandes personagens e heróis. Não há, portanto, como desejava Lima, lugar para os "vencidos" ou para os "pequenos acontecimentos". As consequências econômicas e sociais e o encadeamento de grandes e pequenos acontecimentos históricos faziam parte do método de interpretação e escrita do andarilho Lima Barreto.

⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 86.

A cidade, desde sua fundação por Estácio de Sá, é um espaço de tensões bélicas, mas também um espaço de afetos e de experiências do cotidiano de homens comuns, em que deveria se incluir um campo simbólico, eliminado dos “secos documentos oficiais”. Fixar a memória da cidade com uma “bala de canhão moderno” é transmitir para as futuras gerações apenas o lado vitorioso da bem-sucedida conquista bélica da cidade, enquanto outros lados são silenciados. Portanto, ao “discurso sisudo” do historiógrafo, preso aos alfarrábios e às datas, Lima propõe, ao final da crônica, outra forma de abordar a história da cidade:

Estamos sempre dispostos a ver no passado lutas; por que não havemos de ver solidariedade?

Por que só um dos aspectos do sucesso há de ser relembrado com um produto do Krupp?

A fundação de uma cidade é, antes de tudo, um desejo de comunhão, de associação.

Na cidade, todos colaboram, todos concorrem com o seu quinhão, com o seu pequeno esforço para o culto do seu deus – como é então que os senhores do instituto só viram luta e luta com canhões alemães, a despejar projéteis cilindrônicos pelos meados do século XVI?⁹⁵

Ontem como hoje, o quinhão de esforço, trabalho e sacrifício do povo, dos subalternos, não é levado em conta para a fundação e refundação da cidade. O “produto do Krupp” – antiga empresa alemã de siderurgia, que se destacou na produção de munições e armas de guerra – ficaria fincado na memória da cidade como símbolo de sua fundação. Em consonância com seu tempo, Lima mostrava-se inquieto com a tal modernidade, que louvava a destruição e ignorava a comunhão. Com seu saber militante, antenado com o futuro da

⁹⁵ Idem, op. cit., 1961b, p. 79.

cidade, previa que nem todos os cariocas desfrutariam dos ditos avanços técnicos, urbanísticos e sociais, idealizados pela modernidade republicana e alardeados como benéficos para todos. O “tal balázio” melhor simbolizava a arena de conflitos em que se transformou a modernização. Os ícones do progresso buscavam camuflar os atrasos de velhas instituições e de seus representantes ainda donos do poder.

A história que fica da cidade não é a que está guardada nos “alvarás, cartas régias, foros e sesmarias”, mas sim aquela vivida e inventada no cotidiano, experimentada e vivenciada no espaço das ruas e das casas. A história da cidade situa-se no “terreno acidental do cotidiano e das experiências concretas, através das quais os homens deixam impressas as suas marcas de vida e de pertencimento”.⁹⁶ A memória coletiva urbana não se organiza apenas com a materialidade dos “anais de pedra” ou de aço Krupp. Ela é feita também de carne e de sonhos engendrados na trama viva das relações sociais. Portanto, a história do urbano é múltipla. São histórias. Histórias também configuradas pela imaginação criadora dos cronistas da cidade, que reinventam espaços e dilatam as fronteiras das memórias, percepções e vivências, para dar lugar à tradição. A tradição pede raízes, não pode ser imposta dos superiores aos subalternos e nem excluir os subalternos, em sua grande parte responsáveis pela cultura popular. Para Lima:

Tradição só é tradição aquela que se faz espontaneamente e sem esforço é guardada na memória de todos, dispensando qualquer preocupação de exatidão e estreita veracidade histórica.

A tradição palpável e documentada só pode ser relatório. A legenda, que não deixa de ser em parte tradição, de Carlos Magno, só se fez durante cerca de três séculos, pelas narrações

⁹⁶ VELLOSO, Monica Pimenta. *A cultura nas ruas do Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaços*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014, p. 10.

orais, sem que se lhe guardassem os estribos e a espada; e daí nasceu essa maravilha de poema anônimo que é a Chanson de Roland.

Guardar muito cuidadosamente coisinhas desvaliosas de uso de personagens que amanhã serão desvaliosos, não pode formar tradição alguma. Pode ser tudo, menos isso. A história e a tradição não são feitas pelos contemporâneos nem pela geração que se segue. Pedem para serem feitas algumas gerações adiante. Os documentos do passado, conforme nos ensina a história europeia, que não é de dois ou três séculos, subsistiram por si mesmos, sem consideração de tempo e lugar. Há castelos de três séculos que desapareceram; de outros há restos, porém, que têm mil anos ou cerca disso.

Nós – assim falo porque estamos sofrendo do mesmo mal – queremos substituir o tempo na escolha que ele faz dos documentos e recordações que devem guardar. A tentativa é vã.⁹⁷

O trecho citado está na crônica “Livros de viagem”, em que Lima critica os livros dos diplomatas brasileiros sobre suas viagens. A crítica recai sobre a superficialidade com que apresentam os países visitados: “eles não veem as coisas profundas de um país [...] só os bailes, os teatros, as ruas elegantes, os bairros ricos e os bairros torpes, onde não foram”.⁹⁸ A crônica tem por objetivo comentar a leitura do livro do diplomata e historiador Oliveira Lima sobre a Argentina. Destaca de sua leitura “o esforço extraordinário feito pelos argentinos para criar um passado, para organizar tradições”. Para Lima Barreto, esse esforço soa artificial e, portanto, expõe o que considera verdadeiramente tradição. Não é possível inventar um passado para um Estado nacional. A tradição é o que faz a mediação entre o passado e o presente da nação. É a memória espontânea dos que viveram em uma mesma comunidade e narram histórias, reproduzem crenças, técnicas,

⁹⁷ BARRETO, op. cit., 1961f, p. 208-209.

⁹⁸ Idem, ibidem, p. 206.

práticas e usanças para as gerações seguintes. Tradição é o patrimônio histórico e artístico e cultural de uma civilização. Nela devem ser incluídos bens culturais dos diferentes grupos sociais. E é nesse aspecto que Lima encontra uma “falta” no livro *Na Argentina*, de Oliveira Lima. Falta o povo argentino: “o povo, na sua nudez, o Senhor Oliveira Lima, deixa de parte”.⁹⁹ Ou seja, lá como cá, só importam a história e os bens culturais das classes privilegiadas, apenas elas criam a civilização.

De cenas cotidianas mais triviais, Lima privilegiava, com suas observações, expressões culturais que ocorriam fora do âmbito das elites e eram por elas ignoradas, ou duramente reprimidas pelas forças policiais a seu serviço. As crônicas “Iaiá das Marimbás” e “Os enterros de Inhaúma”, ambas publicadas na revista *Careta* em 1922, tratam de temas do cotidiano presentes na tradição suburbana carioca. A primeira foi inspirada no noticiário policial, e a segunda é fruto de sua própria observação, sentado em um botequim na Rua José Bonifácio, em Inhaúma, onde costumava, no período da manhã, ler os jornais.

Em “Iaiá das Marimbás”,¹⁰⁰ o agente da ordem é o intendente municipal, Edgard Romero, importante político, que chegaria mais tarde a ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas da capital. A notícia do jornal revela que “o comissário, doutor Edgard Romero, foi obrigado a prender por causa de um ‘rolo’ setenta e poucos sócios de uma sociedade dançante, que se diz familiar, intitulada ‘Iaiá das Marimbás’”. A partir do fato noticiado, o cronista se posiciona como um conhecedor das estratégias usadas pelos poderes da Justiça a serviço do ordenamento republicano, imbuídos do propósito de dificultar ou até mesmo proibir expressões populares:

⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 209.

¹⁰⁰ Idem, *op. cit.*, 1961d, p. 149.

A toda gente, tal coisa parecerá de pouco apreço; mas a um observador de costumes, relacionando-os com a formação da nacionalidade, a coisa tem mais interesse do que a questão das candidaturas presidenciais.

Vejam os senhores só como a estratificação da nossa sociedade foi acabar de tal forma que a polícia formidável do Senhor Geminiano é obrigada a arranjar um comboio de “viúvas-alegres” para prender quase uma centena de frequentadores e frequentadoras de “candomblés”.¹⁰¹

A “formação da nacionalidade” foi de tal modo excludente que procurou por todos os meios negar a participação dos usos e costumes do povo na cidade. Ao “observador de costumes” Lima Barreto, as festas e cultos afro-brasileiros constituem um notável esforço de preservação de formas culturais trazidas do continente africano, que aqui foram recriadas pelos escravizados sob as condições mais adversas. Os valores religiosos, fundamentais nas práticas culturais africanas, foram resguardados pelos negros brasileiros e constituíram um processo de resistência.¹⁰² Não só os cultos de matriz religiosa representavam a resistência, mas também outros folguedos, como festas, batuques, danças, jogos de capoeira, que acabavam sendo perseguidos pelas forças policiais. “Rolos”, ou seja, brigas e confusões, em sociedades dançantes, assim como práticas religiosas em candomblés, eram vistos, portanto, como “coisas de negros” e tinham de ser reprimidos pelo aparato da polícia, à época sob o comando de Geminiano de Franca. Para conduzir desordeiros de bailes populares e centenas de frequentadores de candomblés, era necessário um comboio de veículos policiais, chamados popularmente de “viúvas-negras”.

¹⁰¹ Idem, op. cit., 1961d, p. 149.

¹⁰² Sobre a questão cultural afro-brasileira, cf. GONZALEZ, Lélia. *Festas populares no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2024.

Diante da prisão de “tanta gente, sem culpa nem crime formado”, Lima se torna solidário aos frequentadores de cultos afro-religiosos e ironiza o trabalho da polícia, a mobilização de tão grande aparato policial para recolher inocentes ao presídio. A ironia é o toque final da crônica, ao apresentar ao leitor o zelo, o cuidado desproporcional da polícia para prender pessoas cujo “crime” é a prática de crenças religiosas ancestrais africanas, sem qualquer prejuízo ou dano para a comunidade suburbana:

Eu mesmo, apesar de todas as intoxicações, inclusive a científica, tenho a tentação dos “candomblés”, “canjerês”, “mambembés” e os frequento. Com a polícia acontece o mesmo. Eles gostam de tais cerimônias religiosas de certa maneira, tanto assim que dão um tento para surpreendê-las.¹⁰³

A crônica “Os enterros de Inhaúma”¹⁰⁴ versa sobre a tradição dos sepultamentos de pessoas pobres no subúrbio, onde se mantém o costume das áreas rurais, segundo o qual amigos e familiares conduzem a pé, até o cemitério, o corpo do morto. Essa crônica é de uma sensibilidade profunda, uma vez que descreve o ceremonial do enterro de uma criança e a empatia do narrador diante da cena:

São moças que carregam o caixão minúsculo [...].
Vestem-se de branco e calçam sapatos de salto alto. Sopesando o esquife, pisando o mau calçamento da rua, é com dificuldade que cumprem a piedosa missão. E eu me lembro que ainda têm de andar tanto! Contudo, elas vão ficar livres de um suplício; é o do calçamento da Rua do Senador José Bonifácio. É que vão entrar na Estrada Real; e, naquele trecho, a prefeitura só tem feito amontoar pedregulhos, mas tem deixado a vetusta via pública no

¹⁰³ Idem, *ibidem*, p. 149.

¹⁰⁴ BARRETO, op. cit., 1961g, p. 287-292.

estado de nudez virginal em que nasceu. Isto há anos que se verifica.

Logo que as portadoras do defunto pisam o barro unido do velho trilho, adivinho que elas sentem um grande alívio dos pés à cabeça. As fisionomias denunciam. Atrás, seguem outras moças que as auxiliarão bem depressa, na sua tocante missão de levar um mortal à sua última morada neste mundo; e, logo após, graves cavalheiros de preto, com o chapéu na mão, carregando palmas de flores naturais, algumas com aspecto silvestre, e baratas e humildes coroas artificiais fecham o cortejo.¹⁰⁵

Não bastasse o doloroso momento de pesar, o cortejo ainda tem de enfrentar o mau calçamento da rua por onde obrigatoriamente precisa passar para cumprir o longo trajeto até o Cemitério de Inhaúma. O desleixo com a região suburbana é apontado por Lima ao lembrar que há anos a prefeitura não toma providências para o calçamento da Estrada Real, o “velho trilho” dos tempos coloniais. Segundo o cronista, é mais confortável pisar o barro da via dos tempos do Império do que caminhar pela Rua José Bonifácio, cujo calçamento “é feito de pedacinhos de seixos mal ajustados e está cheio de depressões e elevações imprevistas”.¹⁰⁶ Ou seja, a tradição dessa gente humilde, que mantém o costume de levar o caixão a pé para o cemitério, é ignorada pela prefeitura, que não se importa com o suplício por que passam durante a extensa caminhada de alguns quilômetros. Ao contrário da municipalidade, Lima sente empatia pelos usos e costumes dessas pessoas simples e reveste-os de uma nobreza tocante. No seu entender, carregar a pé os mortos queridos “é um sacrifício que redunda num penhor de amizade, em uma homenagem das mais sinceras e piedosas que um vivo pode prestar a um morto”.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 288.

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 289.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 287.

Sentado no botequim da Rua José Bonifácio, canto da Estrada Real, Lima deixa seu olhar flutuar pela paisagem carregada de história e de histórias e, levado pelo sonho e pela imaginação, descontina imagens de carne e pedra do passado que persistem no presente, quando repentinamente é despertado pelo barulho e pelo movimento frenético desse presente, em que é inegável a “acumulação desigual do tempo”.¹⁰⁸ Tempos superpostos de um Brasil colonial, imperial e republicano:

Vejo uma velha casa de fazenda que se ergue bem próximo, no alto de uma meia laranja, passam carros de bois, tropas de mulas com sacas de carvão nas cangalhas, carros de bananas, pequenas manadas de bois, cujo campeiro cavalga atrás sempre com o pé direito embaralhado em panos.

Em certos instantes, suspendo mais demoradamente a leitura do jornal, e espreguiço o olhar por sobre o macio tapete verde do capinzal intérmino que se estende na minha frente.

Sonhos de vida roceira me vêm; suposições do que aquilo havia sido, ponho-me a fazer. Índios, canaviais, escravos, troncos, reis, rainhas, imperadores – tudo isso me acode à vista daquelas coisas mudas que em nada falam do passado.

De repente, tilinta um elétrico, buzina um automóvel, chega um caminhão carregado de caixas de garrafas de cerveja; então, todo o bucolismo do local se desfaz, a emoção das priscas eras, em que os coches de Dom João transitavam por ali, esvai-se e ponho-me a ouvir o retinir de ferro malhado, uma fábrica que se constrói bem perto.¹⁰⁹

Cada período histórico, com seus arranjos sociais, políticos, econômicos e culturais, organiza o espaço da cidade de modo diferente; no entanto, esse mesmo espaço é algo dinâmico e em

¹⁰⁸ Sobre o conceito de espaço como acumulação desigual do tempo, cf. SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

¹⁰⁹ BARRETO, op. cit., 1961g, p. 288.

constante transformação, pois é o resultado da ação humana impulsionada por novas técnicas. Carros de bois, tropas de mulas, meios de locomoção coloniais que persistiram no Império, circulavam na mesma região onde, na *Belle Époque*, “tilinta um elétrico, buzina um automóvel, chega um caminhão carregado” e a construção de uma fábrica anuncia o futuro de progresso desejado pela República.

Tradição e modernidade são produtos do trabalho do homem e, de acordo com a vontade desse mesmo homem, podem conviver sem que uma elimine a outra. As memórias de escritores/as, de intelectuais, de políticos, de artistas, de homens e mulheres comuns, de diferentes grupos ou classes sociais, que circulam pela cidade e nela vivem, são elementos estruturantes da memória coletiva do urbano. A razão ordenadora republicana abriu avenidas, construiu prédios, inaugurou monumentos, louvou as conquistas de seus heróis, decretou posturas, aprisionou desordeiros, criou seus símbolos para derrotar a memória do atraso colonial; enquanto a astuciosa memória dos considerados subalternos teimosamente persistiu nas barraquinhas do Campo de Sant’Ana, nos mafuás domingueiros do subúrbio, nas feiras livres, nos trens, nas sociedades dançantes, nos candomblés, nas moças de branco que carregam o morto até o cemitério, nos homens de preto que seguem o cortejo fúnebre com o chapéu na mão, nos botequins suburbanos onde os frequentadores leem jornais, nas longas caminhadas de andarilhos, como Lima Barreto: “formas de memória fundamentadas na dimensão do vivido, do corpóreo e do sensorial”.¹¹⁰

¹¹⁰ VELLOSO, op. cit., p. 26.

Considerações Finais

O imaginário sobre uma cidade não a reproduz mas, estimulado por seus fragmentos/índices, produz discursos que com ela interagem.

(Lucrécia D'Alessio Ferrara, *Os significados urbanos*)

Retomo a epígrafe inicial do meu ensaio, em que Richard Sennett afirma ser a cidade um lócus de poder onde a complexidade social é aprofundada. O Rio da Primeira República era a cidade-capital, sede da autoridade do Estado, dos órgãos do governo e da administração pública brasileira. Tornou-se, portanto, após as reformas urbanas dos governos de Rodrigues Alves, na presidência, e de Pereira Passos, na prefeitura, um núcleo de atração e incremento da sociabilidade intelectual e da produção simbólica. Com os motes dos melhoramentos e da regeneração, o presidente e o prefeito prometeram e realizaram surpreendentes intervenções urbanísticas, orientadas pelos princípios da elegância e da higiene, sob o signo da *Belle Époque* e com o apoio integral e irrestrito de boa parte da elite carioca.

No entanto, a experiência urbana não é uniforme e homogênea, pois compõe-se de estratos sociais diferenciados e até estranhos uns aos outros, se considerarmos as distâncias socioeconômicas. O projeto de civilização republicano compunha-se de um repertório material e simbólico que valorizava a cópia da cultura europeia e excluía a vasta contribuição de africanos escravizados e de seus descendentes alforriados ou libertos que moldaram a formação social e cultural da cidade e nela continuaram a viver. Sendo assim, a cidade era uma arena de significativas transformações e disputas, devido ao processo em curso de diferenciação

socioespacial e da alteração de funções de espaços sociais urbanos tradicionais.

Os grupos populares estiveram na mira dos poderes republicanos, cuja intenção com o remodelamento era apagar ou deslocar os significados dados por esses grupos aos espaços centrais da cidade. Afinal, no entendimento das elites dirigentes, tais grupos eram apontados como fora dos padrões definidos para a produção de uma imagem ideal para a capital política, econômica e cultural do país. Esses grupos populares de baixa renda, não é possível perder de vista, originavam-se, em sua maioria, de africanos escravizados e de filhos e netos libertos do período pós-Abolição. A reconfiguração do tecido urbano ocorria na maior cidade escravista das Américas, que chegou a receber a alcunha de “cidade negra”, não só pelo percentual de habitantes ditos “de cor”, mas por apresentar em seus espaços sociais uma lógica cultural própria dos negros, segundo o historiador Sidney Chalhoub.¹¹¹

Sendo assim, conduzi este ensaio através de textos de caráter íntimo e jornalísticos de um escritor negro do período da *Belle Époque*, obstinado em analisar e compreender as mudanças provocadas pelos supostos melhoramentos pelos quais passava a cidade e que determinavam novos modos de vida na experiência pessoal de diferentes grupos da sociedade carioca. Atento à velocidade das mudanças, que a tudo parecia levar de roldão, Lima Barreto não se descuidava de ajustar seu olhar aos efeitos da construção de uma cidade moderna sobre os escombros de uma cidade de origem colonial, onde persistiam instituições imperiais e vigoravam os desejos de uma elite burguesa sem apreço pelo passado, sem interesse pelas tradições populares, pelos pilares da cultura, mas vocacionada para o “*make money*” a qualquer custo. Cidade moderna que não

¹¹¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 186.

respeitava a dignidade nem a diversidade de corpos humanos e, portanto, repetia procedimentos e comportamentos sem se importar com suas raízes históricas coloniais mais profundas.

No entanto, se o poder republicano reprimia esses corpos pelo afastamento e pela violência, os sujeitos desses corpos resistiam à dominação, driblavam as astúcias da ordem, cultivando suas crenças e tradições, criando novos usos e abrigos na cidade que se civilizava, sem abdicar da vida comunitária, que lhes dava identidade e os protegia das condições sociais adversas. À intolerância do modelo cultural elitista da *Belle Époque*, as tradições e festas populares impõem sua presença, criando comunitariamente e ocupando taticamente espaços paralelos para a sua permanência na cidade.

Se o imaginário político dos primeiros governos republicanos buscou arrancar as raízes identitárias de uma parcela da população citadina para mais livremente exercer o seu poder e dar curso às ilusões do progresso e da civilização, Lima Barreto, o escritor-andarilho-astucioso, não aceitava que a cultura, assim como as fachadas do prédios modernos, fizesse parte de uma cenografia da modernidade. Para ele, a cidade, o país só se tornariam plenamente civilizados e modernos quando assumissem os múltiplos imaginários, as várias faces das heranças culturais dos diferentes grupos étnicos, que definem os diversos saberes de sua formação nacional.

Sobre a autora

Fátima Oliveira é doutora em Estudos de Literatura pela PUC-Rio. Professora titular aposentada de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do CEFET-RJ. Autora do livro *Correspondência de Lima Barreto: à roda do quarto, no palco das letras* (Ed. Caetés, 2007). Participa do Grupo de Pesquisa CNPq “Estudos de literatura e cultura na *Belle Époque*: LABELLE” com investigações e publicações sobre crítica biográfica, crônicas da cidade, correspondência e diário íntimo de Lima Barreto.



Em 2025, o LABELLE — Laboratório de Estudos de Literatura e Cultura da Belle Époque — completa uma década de atividade ininterrupta, seja na forma de eventos acadêmicos, seja na forma de artigos e livros, parte deles disponibilizada no portal eletrônico. Durante esse período, numerosos pesquisadores nacionais e estrangeiros se somaram a este grupo de pesquisa, colaborando decisivamente para o resgate de obras, o diálogo com a crítica e a renovação das perspectivas de estudo. Para celebrar nosso aniversário, a coleção Ensaios Labelle - 10 Anos dá a público livros autorais produzidos por diversos colaboradores, membros do laboratório. Fica aqui o convite para que os leitores conheçam e divulguem esses e outros trabalhos.

Visitem: <https://labelleuerj.com.br/>

